



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E SEIS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL
E DEZANOVE. -----**

----- Aos vinte e seis dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **5 - ORDEM DO DIA**-----

----- **5.1 – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;**-----

----- **5.2 – Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n. °50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro (Saúde)];**-----

----- **5.3 - Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n. °50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (Educação)];**-----

----- **5.4 - Eleição de representantes para a CPCJ, nos termos da alínea I) do artº 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, conjugada com a Lei 175/15 de 8 de setembro de 2015; --**

----- **5.5 – Análise e Discussão do Relatório de Observância do Direito da Oposição; -**

----- **5.6 - Análise e Votação da colocação de Sinalização Vertical de Estacionamento**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

para Cargas e Descargas, no início da Rua das Obras Sociais, junto à Sede da Banda Filarmónica da Mamarrosa;-----

----- 5.7 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro – Proposta Final; -----

----- 5.8 – Análise e Votação da Proposta do Projeto de Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro; -----

----- 5.9 - Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 2.º semestre de 2018;-----

----- 5.10-Apreciação e Votação do Relatório de Gestão de 2018, Documentos de Prestação de Contas 2018, Inventário do ano de 2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2018; -----

----- 5.11- Apreciação e Votação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019.-----

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.

----- Para além do Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, o Vice-Presidente Jorge Pato, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Fernando Silva e Maria Helena Soares.-----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou que se iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número um do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

número um do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, a ser realizada no salão nobre dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra à 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros Arsélio Manuel Domingues Canas, André Campos Fevereiro Chambel, Acílio Dias Vaz e Gala, Marisa Pataco, Cidalina Vieira Samagaio Matos e o Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Victor Manuel Bastos de Oliveira.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros, acima identificados solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido considerada justificada e as suas substituições pelos elementos seguintes da lista e indicados respetivamente, Lília Maria Santos Tavares, Marcos Gala, João Manuel Oliveira Bastos e Licínia Caldeira. -----

----- Informou ainda que tinha sido comunicado pelo Presidente da Câmara, que o Vereador Álvaro Ferreira não estará presente e seria substituído pela Vereadora Maria Helena Soares.---

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou terem sido recebidos vários convites e diversa correspondência de diferentes entidades, instituições e associações do concelho. -----

----- Informou que no dia um de abril, tinha recebido na sala de reuniões da Assembleia Municipal um grupo de cidadãos, coordenado pelo senhor João Sousa que integra a Comissão de Utentes de Oliveira do Bairro, em que os mesmos tinham deixado as suas preocupações pela falta de profissionais no sector da saúde, sobre a concertação dos serviços de saúde e da dificuldade de mobilidade das pessoas mais idosas para se deslocarem a esses serviços, situação que se verifica mais na zona poente do Concelho. Informou ainda que o referido grupo de cidadãos tinha deixado um abaixo-assinado recolhido na União de Freguesias. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que toda a correspondência estava disponível, para consulta ulterior, dos Membros da Assembleia que o pretendessem.-----

----- -De seguida procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 23 de novembro de 2018, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----

-----Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. --- -

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 23 de novembro de 2018, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 23 de novembro de 2018 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Marcos Gala, José Carvalheira, Luís Carvalho, Conceição Mota, Miguel Oliveira e Acílio Ferreira. -----

----- -Seguidamente procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2018, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. ----

-----Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. --- -

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 20 de dezembro de 2018, foi Aprovada por Unanimidade.**-----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 23 de novembro de 2018 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Marcos Gala, Licínia Caldeira, João Bastos, Marisa Pataco, Carlos Ferreira, Ricardo Regalado, e Acílio Ferreira. -----

----- Procedeu-se ainda à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

-----Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 25 de janeiro de 2019, foi Aprovada por Unanimidade** pelos Membros presentes.

----- Por não terem estado presentes na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 23 de novembro de 2018 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Marcos Gala, Licínia Caldeira, Lília Tavares, Marisa Pataco, Regina Alves, Miguel Oliveira, Patrícia e Acílio Ferreira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou os presentes, que no momento que se seguia e no sentido de dar continuidade à iniciativa, aprovada em Comissão Permanente, de convidar uma associação do concelho a estar presente de forma a dar-se a conhecer, dando assim oportunidade ao maior número possível de associações do concelho, darem a conhecer a sua história, as suas atividades a quem se destinam e as suas preocupações. -----

----- Informou que a associação convidada a estar presente foi a Associação de Promoção e Mobilização da comunidade – PROMOB presidida pela Enf.ª Gladys Del Carmen, que prontamente aceitou o convite, dando-lhe de seguida o uso da palavra. -----

----- Presidente da **PROMOB Gladys Del Carmen** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. Agradeceu o convite que lhes tinha sido dirigido, sendo para si uma honra. -----

----- Deu conhecimento que desde o primeiro momento, tinha estado ligada à criação da associação, que foi criada em 5 de agosto de 2016. Esclareceu que para trás havia um projeto cívico que tinha aparecido para a defesa da causa que tinham abraçado, a defesa do IPSB, pelo menos do seu não encerramento. Acrescentou que com a necessidade de dar uma identidade jurídica à associação, elaboraram os estatutos e assim foi legalizada a associação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que a legalização permitiu que a PROMOB fizesse um protocolo com a APECOB, Associação de Pais do IPSB, de forma a apoiarem 36 alunos de escalão A e B a continuarem a ter aulas no IPSB, em cerca de oito mil euros. Informou que começaram a fazer atividades em setembro e em junho conseguiram doar o valor referido. -----

----- Deu nota que o principal objetivo da PROMOB é promover de forma harmoniosa a educação, desporto, a cultura e o bem-estar das comunidades de Bustos, Troviscal, Mamarrosa e Palhaça do Concelho de Oliveira do Bairro, ou outras comunidades bairradinas, muito embora a sua sede seja em Bustos, no Palacete do Visconde. -----

----- Disse que, na prossecução dos seus objetivos, a PROMOB defenderá e apoiará sempre as ações que julgar adequadas em colaboração com instituições, associações, órgãos autárquicos e demais organismos oficiais, na elaboração e implementação de iniciativas de interesse público local, contribuindo para as comunidades locais melhorarem as suas condições de qualidade de vida. -----

----- Deu conhecimento que desde a sua criação já tinham estabelecido alguns protocolos, com o ABC de Bustos, com a Junta de Freguesia da União, com a Câmara Municipal, com o IEC da Mamarrosa, estabelecendo também interações com outras associações como o caso da ADAMA, Amigos de Malhapão, o projeto Dou mais Tempo à Vida, a AMA que tem cedido gratuitamente o seu salão para se promover espetáculos, a União Filarmónica do Troviscal, a Banda Filarmónica da Mamarrosa, o Rancho Folclórico as Vindimadeiras, o grupo de jovens artistas unidos, um movimento artístico de Oliveira do Bairro, o Orfeão de Bustos e a Escola de Artes da Bairrada. Acrescentou que como se pode verificar em pouco tempo a PROMOB tem desenvolvido muitas interações. -----

----- Disse que quando o IPSB transmitiu que iria mesmo encerrar, a PROMOB abraçou outra causa que foi a restauração do Palacete Visconde de Bustos. Foram realizados vários espetáculos, um deles um teatro escrito e encenado pelo Ricardo Regalado, que foi um sucesso



Oliveira do Bairro assembleia municipal

havendo muitas pessoas a pedirem o texto da peça. Aí a PROMOB pensou lançar o texto da peça em livro e foi o que aconteceu, fez-se o lançamento do livro. -----

----- Transmitiu também que fizeram um espetáculo com o artista mamarrosense Carlos Raposo, que também foi um sucesso. Outro êxito mais uma peça de teatro com a colaboração dos jovens artistas unidos, com a autoria e encenação mais uma vez do Ricardo Regalado.-----

----- Referiu que todas as ações culturais realizadas pela PROMOB, têm tido uma adesão fantástica do público.-----

----- Foi dando nota das ações e espetáculos que foram realizando ao longo dos anos da existência da associação.-----

----- Convidou os presentes para o jantar que se iria realizar e para todas as outras atividades que se iriam realizar, dando nota das mesmas. -----

----- Afirmou que as aspirações da PROMOB e a sua causa atual é a sede da associação, que seja um espaço cultural onde possam ser apresentados todos os projetos que têm em mente para o futuro e que não pode desde já desvendar. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS**- agradeceu na pessoa da Presidente da PROMOB a presença da associação na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, dando a conhecer a recente mas fecunda história da associação bairradina e também dos horizontes que pretende atingir no futuro.-----

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitando ao Secretário da Mesa que procedesse à leitura da nota introdutória do presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Secretário da Mesa **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO** – teceu a seguinte intervenção:-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- “... A mesa entendeu que sempre que esteja presente público nas Assembleias Municipais, dever-se-á prestar o seguinte esclarecimento:-----

----- Nos termos regimentais (artigo 34.º e 41.º do Regimento em vigor), o período de intervenção aberto ao público, será antecedido de prévia inscrição dos interessados, nele podendo intervir qualquer cidadão residente, natural ou com interesses na área geográfica do Município e com idade superior a 18 anos, podendo fazê-lo quer a título individual, quer em representação de organizações coletivas com sede na referida área geográfica, quando credenciado para o efeito. Cada interveniente só poderá usar da palavra uma vez pelo período máximo de 5 minutos.-----

----- Ainda nos termos do artigo 41.º os esclarecimentos a solicitar pelo público serão sempre dirigidos à Mesa da Assembleia e nunca diretamente a qualquer membro da Assembleia Municipal e não poderão dizer respeito às matérias da Ordem do Dia.-----

----- A Mesa da Assembleia, se tiver possibilidade para tal, esclarecerá o interessado imediatamente ou posteriormente por ofício.-----

----- A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões e aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas.”-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS**-deu conhecimento da existência de uma inscrição por parte do público, solicitando que aquando da sua intervenção se identificasse, dando de seguida o uso da palavra;-----

----- **PAULO ALVES** residente em Bustos – reportando-se à falta de estacionamento na Rua 18 de Fevereiro, disse que era problema bastante constrangedor sobretudo para o pequeno comércio que vive de quem passa, que por vezes estacionar para tomar um café e este pode sair caro pois está sujeito a uma multa. Acrescentou que a atitude da GNR tem sido bastante repressiva, porque se se tratasse de pedagogia, primeiro avisava-se e depois sim, começava-se a atuar.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que a referida rua era bastante extensa e apenas tinha vinte e sete lugares de estacionamento público o que se tornava pouco para os edifícios e os comércios existentes naquela rua. -----

----- Disse ser uma situação preocupante já quando foi feito o arranjo urbanístico e nessa altura foi promovida uma reunião com o então Presidente da Câmara Dr. Acílio Gala, com o Presidente da Junta Eng. Manuel Pereira e o Comandante de Posto na altura Cabo Cordeiro, para se resolver o problema, podendo ter feito, nessa altura os lugares de estacionamento de outra forma, ganhando mais espaço e não o fizeram. -----

----- Outra situação que referiu, frente ao campo de futebol de Bustos, disse que o empedrado que se encontra no local não é passeio, foi feito para estacionamento, mas todos os veículos que estacionarem no local são multados, para evitar esse constrangimento, solicitou que se coloque uma placa indicativa de estacionamento. -----

----- Referiu ainda que no centro de Bustos, perto das zonas comerciais, disse que também era possível estacionar em cima do passeio, basta que e segundo a legislação, seja aplicado junto aos sinais de estacionamento, um outro modelo de sinal referido na lei, que permite o estacionamento em cima do passeio, que tem cerca de cinco metros, permitindo a passagem de uma cadeira de rodas, caso necessário.-----

----- Solicitou que a Mesa da Assembleia intercedesse junto da Câmara Municipal para que promova as sugestões apresentadas, porque sem o comércio local a funcionar as aldeias acabam por morrer, asfixiando também assim o comércio local. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que pudesse prestar alguns esclarecimentos sobre a intervenção; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que o assunto trazido pelo munícipe Paulo Alves, também lhe tinha sido transmitido pelo Presidente da Junta da União de Freguesias Acílio Ferreira. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Esclareceu que numa reunião onde foi discutida a reorganização do trânsito no Município, esse assunto tinha sido levantado há pouco tempo e aproveitou-se a oportunidade para falar com as autoridades sobre aquilo que era possível ou não para o local, onde também foram apresentadas as mesmas sugestões deixadas pelo munícipe e se seriam ou não viáveis.

----- No que diz respeito ao estacionamento em cima dos passeios, disse que a GNR informou que a obrigatoriedade é de deixar pelo menos oitenta centímetros para a passagem de peões e que o estacionamento da viatura não afete o cruzamento de duas viaturas na via, no entanto as autoridades têm aplicado as regras de trânsito. -----

----- Ainda sobre a reunião onde o assunto tinha sido afluído, disse que um dos técnicos da Câmara tinha estado a falar com um dos elementos da GNR e ficou acordado que as situações iriam ser estudadas caso a caso, nomeadamente na Rua 18 de Fevereiro onde existe a possibilidade de que os carros estacionem em cima do passeio e que fariam chegar ao Executivo essa informação para posteriormente se colocar a devida sinalética. -----

----- Quanto à outra situação junto ao campo de futebol, disse que estava bem definido o que era estacionamento e o que era passeio, e se anteriormente se estacionava no local e nada acontecia, atualmente as autoridades estão a fazer cumprir a lei, e quanto a isso não poderá fazer nada, não obstante de se estar a estudar soluções para ir de encontro às pretensões da população e do comércio local. -----

----- Deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **4 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** - solicitou aos Membros que pretendessem intervir neste assunto para que se inscrevessem, sendo-lhes seguidamente dado o uso da palavra; -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – começou por cumprimentar todos os presentes, dirigindo um cumprimento especial à Enf.^a Gladys Del Carmen, dando os parabéns pelo



Oliveira do Bairro assembleia municipal

excelente trabalho que a PROMOB tem desenvolvido em prol da comunidade, desde o ano de 2016, desejando felicidade e facilidades para o futuro.-----

----- Entregou a sua intervenção por escrito à Mesa a qual se transcreve na sua íntegra; ---

----- *“Senhor Presidente da Câmara, começo por lhe perguntar se já foi decidido pelo seu executivo instalar aparelhos de climatização no velho edifício do Tribunal de Família e Menores de Oliveira do bairro, uma vez que temos o verão à porta e o calor que ali se vai fazer sentir é insuportável para os funcionários que ali trabalham e para todos os demais que horas a fio tem que permanecer na Sala de Audiências.* -----

----- *Senhor Presidente da Câmara, todos nós temos notado cada dia mais a dificuldade em estacionar os nossos automóveis dentro da cidade de Oliveira do Bairro, o executivo tem em mente algum estudo que solucione ou avalie alternativas a este problema para os cidadãos e para os comerciantes instalados na cidade?* -----

----- *Senhor Presidente da Câmara, existe algum estudo recente para o Concelho, sobre a mobilidade e acessibilidade urbana para pessoas com mobilidade reduzida, tendo em consideração a legislação base que contempla as normas de acessibilidade para essas pessoas, mais concretamente o Decreto-lei nº 123/97, e o Decreto-lei nº 163/2006, que veio substituir o anterior, e a Resolução do Conselho de Ministros no 9/2007 de forma a perceber a evolução operada na perceção das necessidades destas pessoas com necessidades especiais e com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos, de acordo com Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto e de acordo com a Constituição da República Portuguesa para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da população e a igualdade real e jurídico-formal, entre todos os portugueses [alínea d) do artigo 9º e artigo 13º] –*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Os nossos espaços de Desporto e Lazer estão devidamente adaptados a essas pessoas? -----

----- Senhor Presidente da Câmara, para quando a implantação de Postos de Carregamento Rápido para veículos elétricos (PCR) na cidade de Oliveira do Bairro? -----

----- Senhor Presidente da Câmara, verificamos de facto que o lixo doméstico na cidade e pelas Freguesias, é cada vez mais visto do lado de fora dos ecopontos e dos contentores, perguntamos o que se passa com esta situação uma vez que está em causa a saúde pública dos Oliveirenses?-----

----- Senhor Presidente da Câmara há meses que um veículo automóvel desgovernado derrubou um poste de iluminação na Nova Alameda, muito perto do Edifício da Junta de Freguesia, perguntamos, se esse poste de iluminação vai ficar assim como está para memória futura?-- -----

----- Esta pergunta é para o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, para quando o cartão de Membro desta Assembleia Municipal?-----

*----- **ANNELISE DE JESUS GUIMARÃES** – começou por dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes.-----*

----- Elogiou o Executivo relativamente à iluminação pública na freguesia de Oliveira do Bairro, pela substituição das lâmpadas por leds, o que vai diminuir os custos do erário público.-

----- Questionou porque que é que em zonas da freguesia, com alguma população, dando o exemplo da Rua da Costeirinha na Murta e da Rua dos Barrios no Camarnal ainda não tinham a iluminação colocada, embora já existam os postes.-----

----- Questionou também, como é que existindo pontes sobre as linhas de caminho de ferro, tais como a ponte da Bunheira e a ponte da Lavandeira, onde não existe iluminação alertando que se tratava de um perigo para a segurança pública, pois qualquer condutor ou transeunte está sujeito a um infortúnio.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Questionou quais eram as diligências que estavam a ser tomadas no sentido de prover todas as zonas da freguesia de Oliveira do Bairro com saneamento, dando exemplo da Rua do Serradinho e da Rua do Montouro em Oliveira do Bairro, na Rua do Monte Velho na Murta, na Rua das Quintas em Vila Verde, onde não existe saneamento.-----

----- **CARLOS MANUEL CURA DOS SANTOS** - começou por dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que a Palhaça era uma freguesia com dois mil quatrocentos e sessenta eleitores, uma das mais pequenas do Concelho de Oliveira do Bairro e a que se encontrava mais afastada da sede de Concelho, no entanto para não deixar de ser a menos importante para o Executivo, podia não haver obras, mas os projetos existiam.-----

----- Questionou qual era o ponto de situação da Rua do Paraíso, acreditando que o projeto já se encontra concluído, qual era a previsão para o início das obras. Recordou que a população já tinha transmitido à Assembleia a insegurança que se sente naquele troço, razão para agilizar o processo. -----

----- Relativamente ao estudo urbanístico do Rebolo, espaço que envolve uma zona escolar, uma zona desportiva e um lar de idosos, onde existe grande circulação de viaturas e pessoas, mas não existe estrada nem passeios, questionando para quando o arranque dessa obra.-----

----- Repostando-se à zona industrial, referiu que tinha estado numa reunião da Assembleia de Freguesia da Palhaça, onde foi colocada a questão dos acessos à zona industrial da Palhaça. Face à ampliação prevista, há a necessidade de se implementar novos acessos que já se encontram projetados, questionado para quando estava previsto o arranque dessas obras.-----

----- Sobre o Centro de Saúde que na porta tem um comunicado a informar que não aceitam mais utentes. Na referida Assembleia foi questionado ao Presidente da Junta de Freguesia se a Câmara já tinha apresentado algum projeto para a construção da sede. Disse que no projeto 2020, estava a decorrer um programa nesse sentido. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que sabia que nutria um carinho especial pela Palhaça e por isso no ano de 2018 não tinha havido obras, mas sim um conjunto de projetos que se encontram concluídos, ou que deveriam estar em fase de execução e acreditava que o Executivo iria desenvolver todos os esforços para que as obras sejam uma realidade na Palhaça.

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – começou por cumprimentar todos os presentes, dirigindo um cumprimento especial à PROMOB, pelo trabalho magnífico que tem feito, as causas sociais que tem abraçado e também do ponto de vista de dinamização cultural, mostrando grande dinamismo.-----

----- Relativamente à questão da mobilidade, para si e para o Concelho um assunto muito importante, disse que valeria a pena serem tomadas algumas ações nesse sentido, porque todos têm conhecimento do congestionamento crítico da Nacional 235, na zona de Mamodeiro quando foi colocado o semáforo, trazendo um prejuízo muito grande para o Concelho, porque muitos jovens quadros que poderiam trabalhar nas empresas do Concelho, ao final do dia não gostarão de passar cerca de vinte minutos parados num semáforo e tendo opção nunca irão escolher Oliveira do Bairro.-----

----- Deu nota que recentemente tinha saído na comunicação social que os Presidentes de Câmara de Aveiro e Águeda, tinham abandonada a ideia de criar uma ligação direta entre as duas cidades, demonstrando sensatez, porque o investimento que era exigido era quase inabarcável. Acrescentou que era um problema real de Águeda, mas também de forma integrada porque se Águeda conseguir um acesso rápido ao nó sul de Aveiro, de Mamodeiro, valorizava a localidade e facilitava também o acesso de Oliveira do Bairro a Aveiro. Disse ainda que os Concelhos de Anadia, Águeda e Oliveira do Bairro deveriam valorizar essa acessibilidade.

----- Relativamente ao plano de redução tarifária nos transportes coletivos que o Governo tinha decidido avançar, tendo delegado nas Comunidades Intermunicipais a definição das linhas a serem abrangidas por esse plano, plano esse que irá ser pago por um fundo de fomento ambiental, para o qual os Municípios também contribuem. Deu nota que o Presidente Ribau



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Esteves numa conferência tinha referido que os transportes que ligam os centros dos Concelhos à cidade de Aveiro, iriam ter uma redução de 50% nos passes, não tendo deixado claro se iria abranger também o transporte ferroviário. Acrescentou que há o transporte ferroviário urbano que vem do Porto, há os urbanos de Coimbra, mas Aveiro não tem urbanos e para si, já era mais do que tempo de a CIRA como Região colmatar a necessidade de haver transporte urbanos de Aveiro.--

----- Referiu que se o desconto dos passes, não afetar a ferrovia, para o Concelho de Oliveira do Bairro era um grande prejuízo, porque a grande franja dos munícipes utiliza a ferrovia e não os autocarros porque se se dispõe de uma linha que faz ligação da Palhaça a Aveiro.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes.

----- Parabenizou o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, por ter iniciado uma campanha de apelo ao registo dos cães e gatos, através da distribuição porta a porta de um flyer, registo que muitas vezes não é feito, mas acreditava que com a campanha na rua a receita da Junta de Freguesia ia aumentar significativamente.-----

----- Felicitou-o também por ter colocado à disposição dos fregueses e da população em geral, uma aplicação gratuita, para telemóvel que permite contactar de uma forma mais fácil, rápida e intuitiva, qualquer incidente em tempo real com fotografia e geo localização. Acrescentou que a aplicação também permitia solicitar atestado de residência, através do balcão virtual e disponibiliza um conjunto de informações como por exemplo o que visitar em Oliveira do Bairro, onde comer, onde dormir, até mesmo a bilheteira do QA, colocando a Junta de Freguesia mais próxima das pessoas, procurando a otimização dos serviços, melhorar os tempos de resposta e tornar os processos mais eficientes.

----- Recordou que na última reunião da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara tinha referido que tinha chegado a acordo com os proprietários dos terrenos, para alargamento do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

cemitério de Vila Verde, questionando se já tinham sido escriturados todos os terrenos. -----

----- Questionou se era conhecimento do Presidente da Câmara, da intenção de uma empresa de estruturas metálicas, que se pretendia instalar em Oiã, mas optou por instalar a sua fábrica no parque industrial de Castro Daire, com um investimento na primeira fase de três milhões de euros e que permitirá a criação de trinta postos de trabalho.-----

----- Relativamente a um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de Portugal, sob o mote “A Pateira na palma da mão”, que pretende fazer exploração daquele local, contribuindo para a dinamização turística da Pateira e da região. Disse que nesse sentido seria também importante que o Município de Oliveira do Bairro arrancasse com um projeto de valorização do património natural, nas zonas ribeiras à pateira de Fermentelos, nomeadamente o Rio Cértima através da limpeza das suas margens de forma a criar sinergias entre projetos. --

----- Questionou em que ponto de situação se encontravam os projetos da POLIS. -----

----- **REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Reportando-se ao assunto dos estacionamento e da aplicação de multas em Bustos e daquilo que tem ouvido dizer, alertou o Presidente da Câmara que a qualquer momento poderia receber uma notificação e poderia não sair ileso desse assunto. Esclareceu que na sua rua, o caixote do lixo, não deixava livres os oitenta centímetros para passar o que quer que fosse e se a aplicação das coimas é porque há a obstrução dos passeios, na sua ótica tinha que ser aplicado a todas as situações.-----

----- Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- *“A recente forma de atuação dos elementos da GNR que tem democratizado o uso de coimas por estacionamento supostamente indevido à luz da recente interpretação da lei e práticas neste território, tem levantado algumas questões nomeadamente em Bustos as seguintes: -----*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afastamento de pessoas do centro de Bustos por receio de aplicação de coimas; -----

----- Procura de novos e mais afastados locais para estacionamento por aqueles que não desistem, ainda assim, de frequentar o centro de Bustos, estacionando à noite em zonas sem iluminação, como é o caso da entrada poente para o Parque da Vila colocando as suas viaturas em risco potencial. Uma breve passagem pelo Parque permite verificar que o mesmo está deficientemente iluminado quer nos acessos quer em todo o seu espaço, não promovendo inclusive uma visita em período noturno em segurança, condição que, se assim o entender também, deveria ser repensada atendendo à localização deste parque no centro da Vila e ainda mais porque serve ele próprio de passagem/ligação entre ruas.-----

----- Outra questão que gostaria de colocar é a de saber se estão a haver alguns desenvolvimentos na resolução da situação da Feira de Bustos, situação que me preocupa pelo seu arrastamento e conseqüente agravamento nos últimos anos. Sabendo que estará interessado em encontrar um rumo para esta questão, caso contrário, não estaria a sua resolução orçamentada, gostaria de saber se o Sr. Presidente vai ficar agarrado à negociação da compra da Feira com a família Pato, insistindo num relacionamento que teve o seu lugar para o desenvolvimento económico e social de Bustos, mas que me parece ser agora um modelo esgotado e esvaziado, servindo mais de entrave ao desenvolvimento do que de alavanca para a sua prosperidade, ou se poderá por outro lado, estar aberto para outras soluções como a deslocalização do recinto da Feira e conseqüente rasgar de dependências nomeadamente da Junta de Freguesia local, que com um novo projeto ou uma nova solução poderia ver a sua autonomia reerguer-se. -----

----- A persistência da realização da feira num espaço com as atuais exigências e sem qualquer modernização ou adaptação às exigências atuais, só tem sido ainda assim possível manter pela determinação e resiliência de um conjunto determinado de feirantes e de outros



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tantos clientes que não perdem a esperança de, ainda que sempre com comentários negativos sobre a situação atual, aguardam a qualquer momento por um bom desfecho para este evento de ocorrência quinzenal de vincado interesse para a economia local e regional. -----

----- Não haverá por aí a possibilidade de Bustos concorrer também a um pacote de 1.5 milhões para resolver o problema da Feira de Bustos Sr. Presidente? -----

----- Muito honestamente gostaria que pudéssemos dar alguns passos e deixar de ter de falar de problemas antigos para podermos olhar para o Futuro com mais confiança. Conto naturalmente com o empenho do Sr. Presidente e do seu executivo para mudar a agulha.... caso contrário não voltaria aqui para falar de questões que não estando resolvidas, terão de começar a estar encaminhadas com toda a urgência.” -----

*----- Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça **MANUEL AUGUSTO DOS SANTOS MARTINS** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----*

----- Relativamente à Extensão de Saúde na Freguesia da Palhaça, disse ter conhecimento das diligências e dos contactos que têm sido feitos, mas na CIRA pode haver dinheiro que tenha sobrado de outros lados podendo talvez ser reencaminhado para esta situação, alertando que o Executivo esteja atento para que não se perca a oportunidade. -----

----- Referiu que tem havido um crescimento de população, que vêm do estrangeiro, para se juntarem aos seus familiares já residente na Freguesia da Palhaça, sendo muito chato o Posto de Saúde não ter capacidade para aceitar mais utentes. -----

----- Sobre os transportes disse que tinha sido informado que havia dois tipos de passe, quem embarca no centro de Palhaça é cobrado um valor, mas se for embarcar a Nariz, diferença de um quilómetro, o valor cobrado fica por metade, sugeriu que se analisasse a situação de forma a que a população da Palhaça não seja prejudicada. -----

----- Reportando-se aos barreiros, disse que atualmente se falava muito em segurança, alertando que nos barreiros da Palhaça, havia muitos espaços, junto à estrada, sem proteção,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

disse saber que o terreno é privado, no entanto devia haver um acautelamento por parte da Câmara Municipal para que fosse colocada uma proteção nos locais em falta. -----

----- Sobre o acesso à zona industrial da Palhaça, disse ser uma necessidade, sabendo também que já foram feitos contactos nesse âmbito, mas questiona qual o ponto da situação. --

----- No que diz respeito à Rua do Paraíso e ao levantamento do passeio, solicita que aconteça o mais rápido possível. Referiu que para além do passeio havia uma parte que poderia ser executada mais rápido que era a colocação da sinalização para prevenir os acidentes que têm ocorrido. Referiu que se a GNR, neste caso, atuasse mais, seria mais benéfico para a circulação.-----

----- Relativamente à questão da permanência do posto dos CTT na Palhaça, após as várias diligências que foram tomadas, inclusive por parte da Assembleia Municipal, deu conhecimento que tinha sido informado que o posto dos CTT da Palhaça não iria fechar. -----

----- Sobre a Rua das Hortas com ligação a Nariz, disse que depois de muito ter batalhado, soube também que finalmente as obras iriam começar. No que diz respeito aos alcatroamentos disse que ainda não via máquinas no terreno, mas segundo informação iriam começar para breve, desejando que não se fique apenas pela estrada que liga Palhaça a Oiã, porque há outras estradas que necessitam de novo tapete.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – começou por cumprimentar todos os presentes, dirigindo um cumprimento especial à PROMOB. -----

----- Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- *“Neste Período “Antes da Ordem do Dia” e porque esta é a primeira Assembleia Ordinária depois da Assembleia onde foi discutida a questão da deslocalização do Ensino Articulado, gostaria de pedir o seguinte esclarecimento ao Executivo Municipal: -----*

----- *Na extensa Resposta dada pelo Executivo sobre essa temática, intervenção essa que*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aliás solicito que seja transcrita integralmente para a respetiva ata, foi referida a realização de um inquérito aos alunos do ensino articulado com aulas na escola Acácio Azevedo.-----

----- *O esclarecimento é o seguinte:*-----

----- *A entidade responsável pelo inquérito foi o Município ou o Agrupamento?*-----

----- *Foi solicitada autorização por escrito aos senhores Encarregados de Educação dos ditos alunos para que os seus educandos respondessem ao inquérito?*-----

----- Disse colocar a questão porque tinha sido transmitido por encarregados de educação que tal premissa não tinha sido respeitada. Acrescentou que a realização de inquéritos e outro tipo de tratamentos estatísticos, estavam regulamentados pela Lei geral e pela Direção Geral de Educação e suportada para além da legislação geral, por legislação específica da área de educação e específica ao ponto de definir os critérios, a forma, os pressupostos e as condicionantes para a realização de inquéritos, quando se realizam em ambiente escolar e quando estão envolvidos alunos menores.-----

----- *“Acrescento ainda que se, como espero, a responsabilidade pelo inquérito não foi do executivo, solicito ao Senhor Presidente da Assembleia que coloque, formalmente e por escrito, as questões por mim aqui apresentadas ao Agrupamento e que da resposta dê conhecimento à Assembleia.”*-----

----- **PATRICIA SOFIA LOURO DE LEMOS** – cumprimentou todos os presentes e dirigiu uma palavra de apreço à PROMOB, sendo para si um prazer verificar o percurso da associação.

----- Disse que abril era um mês especial para todos os portugueses, um mês de emoções e de celebração da bravia história da humanidade, um mês em que se recorda a revolução, num dia que se decidiu dizer basta e com uma incomparável coragem e brilhantismo, mudou-se o rumo de uma nação. Abril era o reflexo do que deveriam ser todos os meses do ano, abril era força esperança e alimento para a alma, liberdade.-----

----- Referiu que no dia anterior, no salão nobre, onde atualmente se encontram, tinham tido



Oliveira do Bairro assembleia municipal

a oportunidade de recordar, nas palavras do Presidente da Assembleia Municipal, o nobre e brilhante dramaturgo Almeida Garret que disse, “o maior inimigo da liberdade é a indiferença”. Referiu que a palavra indiferença, a tinha feito pensar que havia tanto mais para falar em abril, sendo verdade que em abril é a liberdade, são cravos vermelhos, mas abril também era azul e era duro e aterrador para tantos. -----

----- Deu nota que abril também era o mês da prevenção dos maus tratos na infância, o mês do laço azul, esclarecendo como se tinha iniciado a campanha do laço azul. Acrescentou que o laço azul significava que era necessário que nos importemos, que nos questionemos.-----

----- Referiu que o aumento do número de incidências de maus tratos físicos, verbais, emocionais contra crianças e jovens em Portugal era muito assustador, mais referiu que o aumento de incidências de casos no Município também era assustador e este era um problema de todos, cabendo a todos, cidadãos em comunidade estar atento e em alerta, deixar de virar a cara e permitir que a indiferença continue a roubar a liberdade das crianças vítimas de violência.

----- Deu conhecimento que para preparar a sua intervenção tinha falado com a Dr.^a Clélia técnica do Município e responsável pelo CPCJ, para tentar perceber a realidade do Município, sobre a atuação do CPCJ, e entender os mecanismos que o Município tem à disposição para ajudar quem não tem voz, porque a comunidade continua a viver presa, refém do receio de represálias, alertando que a denúncia pode ser anónima e a violência não é só bater.-----

----- Disse que a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, escolheu para a campanha de sensibilização deste ano a frase “*Serei o que me deres*” esperando que seja amor.-----

----- Citando Martin Luther King disse, “*O que me assusta não são as ações e os gritos das pessoas más, mas a indiferença e o silêncio das pessoas boas*”.-----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – cumprimentou todos os presentes dirigindo um cumprimento especial à Presidente da PROMOB, pelo excelente trabalho que tem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

realizado.-----

----- Dirigi os parabéns à Membro da Assembleia Patrícia Lemos, pela intervenção de sensibilização.-----

----- Questionou o Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação da ligação do edifício da junta de Freguesia de Oiã e o Largo do Cruzeiro.-----

----- Questionou também para quando a melhoria das estradas do Concelho e o que estava previsto. Perguntou ainda para quando a renovação do piso da Estrada Municipal 235, sabendo que envolve entidades externas, a Estradas de Portugal, gostaria de saber se existem projetos, da rotunda do Silveiro, da rotunda do cruzamento do Facho.-----

----- Interrogou para quando o reordenamento do trânsito em Oiã, com a consequente melhoria da segurança dos transeuntes.-----

----- Questionou para quando a conclusão das obras na Escola Dr. Fernando Peixinho de Oiã.-----

----- Questionou ainda se era possível, dentro das capacidades financeiras da Câmara Municipal, a aquisição do terreno frontal à igreja de Oiã, por forma a criar um estacionamento condigno aos paroquianos, embelezando a zona em questão pois atualmente não passa de um terreno baldio.-----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. Agradeceu o trabalho realizado pela PROMOB, que não se prende a uma única ação, mas a tudo o que valoriza a sociedade e a comunidade promovendo um intercambio salutar. Acrescentou que era uma associação com poucos anos, mas com uma dinâmica muito diferente das restantes associações do Concelho.-----

----- Referiu que se sentia o responsável pela não aceitação do Anexo I, da não aceitação dos leds e por isso pretendia falar um pouco sobre a iluminação led. Disse que do que se tem



Oliveira do Bairro assembleia municipal

podido verificar, os leds poupavam energia porque as luminárias estavam mal ligadas, mas para além de não pouparem tanta energia como deveriam, ou que o diferencial não é assim tão grande como se pretendia, tem um ónus que é um acréscimo no imobilizado de cerca de setecentos mil euros, que o Município de Oliveira do Bairro ainda não tem. -----

----- Informou que o imobilizado para a EDP era de cerca de três milhões e quatrocentos mil euros e se houvesse mais um acréscimo, passariam os quatro milhões de euros. Referiu que numa fase em que os contratos estavam a ser negociados, eram uma alavanca para que o Município conseguisse, aquando da candidatura, ter mais propostas porque o valor do imobilizado era pequeno para outra empresa pegar.-----

----- Disse já ter percebido que era uma luta inglória, já tinha questionado na CIRA por três vezes sobre o assunto e informou que as áreas metropolitanas se estavam a juntar de forma a que cada um crie a sua rede e que a possa gerir, o que para si era mais um negócio que se ia financiar para as áreas metropolitanas a gira, tendo obtido a resposta de “seja o que for”.-----

----- Alertou para que se preparassem, porque certamente o Município iria pagar mais que os Municípios vizinhos e para si fazer a diferença e fazer diferente era inglório, tendo noção que perdeu a batalha, mas acredita que ainda não perdeu a guerra. -----

----- Deu nota que tinha havido alterações na Direção Geral de Energia e por isso ainda não se sabia muito bem como tudo iria ser feito, mas o Município tem um trunfo na mão que foi o não ter aceite o Anexo I, acreditando que iriam ser pressionados para o fazer, mas até lá iria-se aguardar. -----

----- Sobre a agregação dos municípios disse que se começa a ouvir que poderá haver a possibilidade de esse processo avançar, questionando o Presidente da Câmara quais eram os indicadores que teriam que mudar para não serem agregados e como o CENSOS seriam no ano de 2021, se ainda haveria tempo para alterar alguma coisa. -----

----- Disse reconhecer que se estava a trabalhar bem, estando-se a aumentar as zonas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

industriais e precisavam de fixar famílias e só assim se vai ter receitas e indicadores de progressão que afastem o Município de uma possível rota de agregação. -----

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse às questões formuladas pelos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – começou por esclarecer relativamente à iluminação led e à renegociação dos contratos de concessão da rede de baixa tensão que é o que o Município tem. Referiu que tinha solicitado a discriminação do immobilizado que o Município detém e não lhe tinha sido disponibilizado do ano de 2017, tendo a discriminação do ano de 2016. -----

----- Esclareceu que o que tinha acontecido no Município, tinha sido um pedido substancial para que viessem a aplicar, para que o Município pudesse ver se a redução no consumo era visível ou não e no ano passado, tinham sido substituídas mil luminárias no Município, mediante o pedido efetuado, que corresponderam a um acréscimo de cerca de cento e cinquenta euros, no immobilizado, por cada uma das luminárias, que numa negociação futura ainda não se sabendo os moldes da mesma, mas o Município se criar condição para a manutenção da baixa tensão, poderá candidatar-se sozinho, se assim o entender. -----

----- Referiu que o Município tinha custos que rondavam cerca de seiscentos mil euros por ano em iluminação pública, sendo que o restante valor é do consumo dos edifícios do Município, sendo no total cerca de um milhão e duzentos mil euros. Acrescentou para si tinha ficado claro que com a alteração o Município conseguia poupanças, dando o exemplo da zona industrial de Vila Verde em que a poupança tinha sido de cerca de 60%. -----

----- Referiu que a assinatura do Anexo I, obrigava a que a EDP faça uma substituição entre 12 a 15% anualmente para leds, sendo que atualmente não existe essa obrigação perante o Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Afirmou que o assunto era importante, tratava-se de uma renegociação de uma renda



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e de outras condições para o consumo do Município, estando estabelecido que os Municípios que ainda não aderiram à alteração do Anexo I, têm também a possibilidade de estarem no pacto assinado entre os Municípios, a CIM e pela CCDRC para que o Município de Oliveira do Bairro, tenha uma verba para apostar na eficiência energética. Informou que o Município já tinha cabimentado parte dessa verba para eficiência energética no parque desportivo, para um aproveitamento de poupança energética, tendo ainda liberta alguma verba para fazer a substituição. -----

----- Referiu ainda que havendo a obrigatoriedade de assinar o Anexo I, não aumenta de forma gradual como tinha sido dito e seria ótimo que a EDP dissesse que iria substituir as seis mil e quinhentas luminárias que faltam substituir para leds no Município de Oliveira do Bairro, e aí sim haveria uma poupança, diminuindo o consumo e aumentando o imobilizado nos referidos setecentos e cinquenta mil. -----

----- Disse que cabia ao Município as solicitações à EDP, de aumentar os seus focos de iluminação, havendo alguns sítios já pedidos para a sua ampliação, assim como o Município não se pode substituir aquilo que é o carregamento de viaturas elétricas, não se tratando de ter rede ou não, mas sim de eficiência. Informou que Oliveira do Bairro iria ter um posto de carregamento de viaturas elétricas muito em breve, junto aos Paços do Concelho. -----

----- Acrescentou que tem havido o cuidado de racionalização da iluminação pública e aquilo que tem que ser a sua gestão. -----

----- Em resposta ao Membro da Assembleia Acácio Oliveira, relativamente à luminária que se encontra tombada na Alameda, explicou que na altura foram colocadas luminárias que estavam em fim de produção o que dificulta a colocação da mesma no local, tendo que ser feita por encomenda. -----

----- Relativamente à questão do saneamento levantada pela Membro da Assembleia Annelise Guimarães, disse que todos sabiam o que tinha acontecido com as negociações com a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ADRA e a venda das águas, e que certamente muitos dos presentes já se tinham arrependido da forma como tinham votado, mas atualmente lutam para que os investimentos sejam efetuados e aquilo que tinha sido vendido possa ser rentabilizado pelo Município. Acrescentou que se tem lutado para que as pontas sejam efetuadas, sabendo que algumas delas já foram realizadas.---

----- Sobre a questão dos contentores do lixo, disse que tem verificado que há contentores que estão cheios de lixo e a cinquenta metros dos mesmos, há contentores vazios, tornando-se difícil gerir essas situações, não obstante de reconhecer o mau serviço prestado pela empresa LUSAGUA e das dificuldades que o Município tem tido em fazer cumprir os cadernos de encargos. Apelou que os presentes tivessem um papel de sensibilização para com os vizinhos, porque era mau de mais verificar situações como a que tinha descrito em que as pessoas ao verificarem um contentor do lixo cheio não andem mais cinquenta metros para depositarem o lixo noutro contentor que está vazio. -----

----- Relativamente à mobilidade referiu que todos os projetos atuais iam de encontro às necessidades daquilo que deve ser um Concelho amigo de todos. Acrescentou que os projetos PARU iriam beneficiar em primeiro lugar o peão em detrimento da viatura. -----

----- Deu nota que na apresentação do projeto PARU na Rua Cândido dos Reis, tinha ficado estupefacto por algumas das pessoas utilizadoras da rua, não saberem que existia um estacionamento a poucos metros, que se situa perto do mercado. Mais disse que existiam muitos lugares de estacionamento em Oliveira do Bairro, que não eram utilizados. -----

----- Referiu que não se pode demolir todos os imóveis para se criar estacionamento, mas deverá sim criar os mesmos em alternativa e prever que exista a mobilidade em que as pessoas em dois minutos consigam estar no espaço que pretendem. -----

----- Sobre os transportes e do que tinha sido enunciado pela CIRA, disse que quando o benefício dos passes tinha sido criado, foi essencialmente para duas zonas, Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, esperando que os Membros da Assembleia tenham consciência disso,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

porque o que cabia às Comunidades Intermunicipais era muito pouco. Mais disse que o benefício que a Comunidade Intermunicipal poderia dar, que ao utilizador da ferrovia quer ao utilizador dos autocarros era diminuto, cerca de dois euros por mês.-----

----- Deu nota que a CIM da região de Aveiro, não tinha obtido resposta afirmativa para as ligações da nossa região para o Porto assim como para a zona de Coimbra, não existindo acordo para essas ligações. Em resposta ao Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça explicou que a rede de Aveiro era diferente das que tinha atrás referido. Mais disse que pelo meio o Município de Aveiro tinha entendido fazer um paralelismo entre o benefício que é dado ao utilizador, para passes, dentro da região ligando também as utilizações dentro do Município de Aveiro.-----

----- Relativamente ao cemitério de Vila Verde disse pensar que já não era assunto, porque já tinha sido entregue o projeto de arquitetura à Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro estando agora nas mãos do Presidente da Junta fazer tudo o resto.-----

----- Sobre a questão das empresas e aos pedidos que são efetuados ao Município, esclareceu que todas as empresas que fazem pedidos quer a si quer ao senhor Vice-Presidente, quer telefonicamente, quer por carta, são todas recebidas e são dadas todas as informações que são solicitadas, inclusive os técnicos municipais informam o que se pode ou não fazer, quais as zonas de crescimento, entre outras informações.-----

----- Relativamente ao projeto POLIS e à revitalização, informou que o mesmo já tinha arrancado, estando mesmo já instalado o estaleiro, para as obras na zona do Prego, Carreiro Velho e Rêgo. Informou que o projeto era pago inteiramente pelo Município, as transferências serão feitas para a POLIS, estando contemplado no orçamento cerca de quatrocentos mil euros. Informou que o parque do Carreiro Velho em parte tinha sido financiado por fundos comunitários, mas o presente projeto já não era da mesma forma.-----

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Carlos Cura disse que ainda bem que o Presidente da Câmara gosta da Palhaça, porque intercedeu para que os CTT não encerrassem,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mas quando isso aconteceu na Vila de Bustos, não tinha tido o apoio do Presidente da Câmara, apesar dos pedidos que tinha efetuado. Acrescentou que um dos projetos para a Freguesia da Palhaça era a ampliação da zona industrial, como era do conhecimento geral. -----

----- Sobre a preocupação da vedação dos barreiros, disse ter tomado a devida nota e que era algo que se iria verificar. -----

----- Relativamente à Rua do Paraíso, informou que o Presidente de Junta tinha feito um levantamento dos proprietários, contudo o levantamento não estava acompanhado de mapa da localização dos terrenos correspondentes aos proprietários e o respetivo contacto, tornando assim o trabalho mais difícil, agradecendo a prontidão e disponibilidade do Presidente de Junta no trabalho que tinha realizado. -----

----- No que diz respeito à iluminação do parque junto à Junta de Freguesia de Bustos, esclareceu que o mesmo tinha terrenos pertencentes à Câmara Municipal e outros à Junta de Freguesia, ou seja, toda a área do parque é pertencente à Junta de Freguesia e o terreno que faz a ligação e confronta com a Radiolândia e o que serve de estacionamento são pertença da Câmara Municipal. -----

----- Referiu que do conhecimento que tinha o parque estava preparado para levar iluminação, tendo sido solicitado à EDP que colocasse nas luminárias em falta, luminárias duplas de forma a iluminar para dentro do parque, confirmando que faltará iluminação numa ou outra zona. -----

----- No que toca à feira de Bustos, recordou que há alguns anos atrás tinha feito o contacto com os proprietários que na altura estavam disponíveis para fazerem a venda por um valor aceitável, face ao valor do terreno para a zona. Referiu que recentemente tinham sido encetados novos contactos nesse sentido. -----

----- Sobre a questão levantada pelo Membro da Assembleia Nuno Barata relativamente ao questionário, informou que tinha sido realizado pelo Agrupamento de Escolas, não tendo passado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nada pela Câmara Municipal.-----

----- Agradeceu as palavras do membro da Assembleia Patrícia Lemos, concordando que muitas vezes as situações acontecem ao lado de cada um dos presentes, todos os dias.-----

----- Sobre a questão da Nacional 235, disse que seria uma das estradas que iria passar para a gestão do Município até ao ano de 2021. Recordou que estava planeada uma rotunda de acesso à A1, que esteve planeada para arrancar no ano de 2018, tinha passado para o ano de 2019, mas a obra teima em não arrancar, sendo uma mais valia grande para o Município. Recordou ainda que no final do ano de 2018 tinha tido uma reunião em Lisboa, para discutir o projeto definido e já em telas finais, para a requalificação dessa via desde o final da variante, até à rotunda da zona industrial de Oiã, prevista para o ano de 2020. Pelo estado de degradação da via foi solicitado que fosse feita uma manutenção ao piso, foi contratualizado e foi informado que seria rápida essa manutenção, mas até à data nada foi feito apesar dos insistentes telefonemas e mails para a Estradas de Portugal.-----

----- Relativamente à ligação da Junta de Freguesia de Oiã ao Cruzeiro, informou que se estava em negociações com uma família, mas a parte burocrática por vezes demora o seu tempo, o que limita a possibilidade de o Município realizar as escrituras de compra.-----

----- No que diz respeito à escola Dr. Fernando Peixinho, informou que a previsão era de que no verão ficasse a obra concluída. Sobre a questão do estacionamento disse que por trás do equipamento existe um loteamento com propriedade horizontal, havendo aí a possibilidade, mas com um valor substancial-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – relativamente à questão dos cartões de identificação dos Membros da Assembleia, recordou que tinha solicitado o envio para os serviços, de uma fotografia tipo passe para que se pudesse avançar com esse procedimento, mas a verdade é que foram enviadas muito poucas fotografias.

----- Reiterou assim o pedido de fotografias tipo passe, aos Membros que ainda não o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tenham feito, para de uma vez por todas serem elaborados os cartões de identificação. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia, para pedido de esclarecimento, tendo-lhes sido concedido o uso da palavra; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – relativamente ao encerramento dos correios de Bustos, disse que tinha percebido o Presidente da Câmara ter dito que na altura não tinha tido o apoio do Presidente de Câmara, à altura. Questionou se tinha sido mesmo assim, como tinha percebido, ou se em nome da prudência não pretendia reformular a frase.-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – esclareceu que tinha colocado a questão da mobilidade de duas formas, sobre os estacionamento na cidade e no Concelho e as acessibilidades de pessoas com mobilidade reduzida. Disse que era uma questão pertinente porque em todas as cidades e vilas, segundo a lei, são obrigadas a ter essas acessibilidades de forma a dar as mesmas condições a todas as pessoas sem exceção e se Oliveira do Bairro ainda não tem o estudo deve-o fazer e se o tem o mesmo deve ser reformulado.-----

----- Sobre a climatização do Tribunal de Família e Menores, também não obteve resposta e seria já altura de fazerem jus à instalação pública, que alberga muitas pessoas sem condições mínimas, inclusive por vezes são recebidas na cave do edifício. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse ter ficado mais confuso, com a resposta dada pelo Presidente da Câmara, no que diz respeito ao apoio de redução tarifária dos transportes públicos, porque pela resposta dada, não lhe tinha parecido que o Presidente tenha noção do impacto que poderá vir a ter na bolsa das pessoas e para si 50% no Porto ou em Lisboa será igual em todo o lado do país, a única diferença é que o número de pessoas existentes em Lisboa ou no Porto, é muito maior o que permitia beneficiar mais pessoas.

----- Disse também ter questionado se essa redução iria beneficiar a ferrovia ou não e continuava sem saber, mas da investigação que fez nos órgãos de comunicação social, verificou



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que os passes referidos, eram passes da CP, no entanto gostaria de ter uma certeza quanto à questão colocada.-----

----- De seguida foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, se assim o entendesse.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que a ferrovia na CIM, não tinha sido assumida tendo apenas aceite os passes dos autocarros, quanto aos valores que tinha referido, era o valor médio para a Comunidade Intermunicipal. -----

----- Relativamente às questões da mobilidade reduzida, esclareceu que quando falou das PARUS essencialmente tinha sido nesse sentido. Acrescentou que no âmbito dos projetos para a mobilidade que o Município tem, há a possibilidade de adquirir equipamentos elétricos que possam ser encaixados nas cadeiras de rodas para facilitar a mobilidade.-----

----- Sobre o edifício do Tribunal de Família e Menores, disse que a Câmara tem feito várias intervenções no mesmo, no entanto não se consegue chegar a todo o lado ao mesmo tempo, sabendo que todos são importantes, mas tem que se ir ajustando os investimentos que surgem todos os dias. -----

----- No que respeita à questão dos CTT, recordou que na altura tinha solicitado apoio, nomeadamente para a negociação do equipamento, que tinha sido doado pela Junta de Freguesia aos CTT mediante escritura pública, onde era referido que o mesmo era doado para que lá funcionasse o posto dos CTT e que fosse a residência do Chefe da estação, tendo sido um processo que tinha demorado cerca de três anos até que se instalassem. Disse que tinha feito vários pedidos ao Município, para que lhe fosse dado o apoio jurídico para poder reclamar a situação e esse apoio não tinha sido obtido.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.1. – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal**, sendo dado o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o documento.

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que tem havido uma tentativa de detalhar ao máximo a informação prestada, estando ao dispor para qualquer esclarecimento que julguem necessário.-----

----- Seguidamente foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia Municipal que desejassem intervir. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – cumprimentou todos os presentes, dirigindo uma palavra de apreço à PROMOB, pelo trabalho desenvolvido no curto período de vida de existência da associação. -----

----- No que respeita à atividade de notariado e oficial público, questionou qual a área envolvida nos vinte e três contratos de compra e venda de prédios rústicos, destinados à ampliação da zona industrial de Vila Verde Norte. Questionou ainda relativamente à área em questão, se já havia manifestação de interesse por parte de investidores para futura aquisição de lotes.-----

----- Relativamente aos contratos de prestação de serviços, questiona sobre a hipotética sobreposição do objeto contratado em matéria de fornecimento de refeições para alunos no primeiro ciclo e pré-escolar, para as mesmas escolas no mesmo período temporal. Referiu que na eventualidade de não ter ocorrido qualquer sobreposição, seria mais explícito que fosse referido o período temporal em concreto, que vigorou cada um dos contratos.-----

----- Sobre o contrato de prestação de serviços em Regime de Avença no domínio do marketing digital, disse que pretendia conhecer quais as atividades em concreto a desenvolver pelo fornecedor de serviços, porque na informação não era referido o início da vigência do contrato. Disse também querer saber do hipotético envolvimento do prestador de serviços na criação da nova imagem e do slogan promocional que o Concelho tem apresentado. -----

----- Sobre o ponto 1.2.4 da Atividade Municipal disse que gostaria que fossem indicados



Oliveira do Bairro assembleia municipal

todos os arruamentos a pavimentar.-----

----- Sobre o ponto 1.2.5, questionou se o segundo contrato referido tinha apenas vigorado a partir da data de caducidade do primeiro, não sendo explícita essa questão. -----

----- No que diz respeito ao contencioso, solicitou que o Presidente da Câmara esclarecesse com mais detalhe o ponto de situação do processo Kart Club de Oiã, pois na informação era apresentada uma decisão, algo alarmante e desfavorável ao Município. Disse ainda que gostaria de saber qual a sensibilidade do Presidente da Câmara, relativamente às probabilidades de o Município vir a ser condenado e se tinham sido esgotadas todas as possibilidades de resolução, com o hipotético menor impacto financeiro para o Município. -----

----- **REGINA MARIA DA SILVA BICHO ALVES** – disse dar nota positiva pelo desenvolvimento que tem havido em volta de todas as zonas industriais do Concelho, demonstrando equidade na atenção que se estava a dispensar ao Concelho. -----

----- No que diz respeito às atividades desenvolvidas na Radiolândia, disse também ser positivo o número de visitantes, o que para si era surpreendente e apesar de ser um museu de pequenas dimensões, tinha uma dinâmica muito boa que culminava com o número de visitantes.

----- Sobre a organização do “Chá Dançante”, em que a Câmara tem o apoio das associações para o desenvolvimento da atividade, em que os elementos da direção das associações, disponibilizam do seu tempo para terem as instalações nas devidas condições para a realização da atividade, disponibilizam o tempo para organizarem os grupos de animação da atividade e para acolherem os participantes tentando proporcionar uma tarde agradável aos mesmos. Disse que não percebia porque é que era exigido ao Presidente da Direção que se deslocasse a Oliveira do Bairro, para vir buscar umas chaleiras e depois tem que as vir entregar.

----- Sugeriu que a Câmara Municipal adquirisse um conjunto de chaleiras para as associações aderentes à atividade, que o eram já há anos, porque para si não fazia sentido estar a exigir a alguém que já dá tantas horas do seu tempo em prol da comunidade que ainda se



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tenha que deslocar para ir buscar chaleiras. Acrescentou que a dispensa dos bolos para a atividade também deveria ser resolvida de uma vez por todas, sugerindo que no momento em que eram atribuídas as atividades para cada associação, se fizesse a gestão do que se poderia dispensar para o desenvolvimento da atividade e ser atribuído de uma vez.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – reportando-se à pagina 11 do documento, no que respeita aos contratos de prestação de serviços, disse que era feita referência a um contrato de prestação de serviços em Regime de Avença na área do Marketing Digital, celebrado com Pedro Costa.-----

----- Disse querer fazer uma declaração de interesses, onde referiu que tinha grande estima e consideração pela pessoa em causa e até mesmo uma dívida de gratidão, que será para a vida inteira, terminando a sua declaração de interesses.-----

----- Referiu que sobre o serviço de assessoria, pretendia deixar uma nota de cumprimento ao Executivo Municipal pela contratação em questão e tal como anteriormente já tinha elogiado a contratação do Tiago Matias, elemento muito competente e cujo trabalho estava claramente a dar os seus frutos, quis também felicitar o executivo pela contratação, pois estava-se perante um extraordinário profissional, cuja competência e conhecimento na área da comunicação e jornalismo, dispensava apresentações e que traria inquestionavelmente competência e “know how” à comunicação do atual Executivo. -----

----- Mais disse que tal contratação fazia todo o sentido, mas numa perspetiva bastante diferente da contratação feita com o Tiago Matias, porque num Executivo que produz tão pouco, onde a obra feita é obra não vista, só com os melhores gurus da comunicação seria eventualmente possível, vender a ideia que estão a fazer um bom trabalho, quando de facto se faz muito pouco e por isso dirige os seus parabéns pois tinha sido uma contratação inteligente e de grande visão estratégica sobretudo no âmbito da gestão das expectativas, que na presente altura começava a ser difícil de fazer. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – entregou a sua intervenção por escrito a qual se transcreve; -----

----- “Logo no Início da Página 4 – Recursos Humanos – Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, quantos funcionários tem neste momento a autarquia ao seu serviço? e no seu quadro permanente de pessoal? -----

----- Na Página 12 – Contratos de empreitada – O Sr. Presidente da Câmara pode especificar mais em pormenor aonde e quais vão ser os arruamentos a pavimentar, também vai ser incluída nessa pavimentação a rede viária da responsabilidade do Município? -----

----- Página 13 – Outros – o valor de 2.000,00€ mensal acrescido de IVA, do contrato de “Aquisição de Serviços de Consulta Jurídica”, celebrado com JPALMS – Advogados RL, a partir de 01.01.2019, teve um aumento de quanto em relação ao ano anterior? -----

----- Página 17 – Edifícios enquadráveis no conceito de ruína – Gostaríamos que nos apontasse as razões porque é que a lista ainda não se encontra formalmente concluída, que diligências estão em curso e para quando se prevê o início da sua classificação nos termos da Lei vigente? -----

----- Página 19 – Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios (1.º e 2.º Eixo Estratégico) – Sr. Presidente da Câmara urge tomar medidas concretas e assertivas no que toca a esta área tão sensível e importante para a segurança das pessoas e bens e na defesa da nossa Floresta e Ambiente, não chega o pouco ou nada que o Município já fez, é necessário sair do gabinete e implementar a aplicação da Lei, com todas as consequências para quem não a cumpriu e aqui o executivo está na primeira linha da frente no seu incumprimento, pergunto o que está o executivo a pensar fazer para colmatar os perigos que se avizinham em relação aos possíveis incêndios no nosso Concelho? -----

----- Página 20 – Gestão de combustível – Sr. Presidente da Câmara, com muita surpresa e apreensão que lhe pergunto: “Só foi efetuada uma notificação e só existe um processo levantado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

pela autarquia cumprindo o estabelecido na Lei 124/2006 de 28 de Junho, na sua atual redação”

é caso para perguntar: KADÊ os OUTROS? -----

----- Página 25 – Obras de reabilitação da Escola do Silveiro – Sr. Presidente é possível dar informação mais detalhada sobre este protocolo com a IPSS SOLSIL? -----

----- Página 26 – Implementação de pistas de atletismo nas Escolas Acácio Azevedo e Extensão Frei Gil – Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara que tipo de pistas são estas e qual o custo de cada infraestrutura? -----

----- Página 29 – Fiscalização – Esta informação deveria especificar o número de proprietários identificados e notificados, quais as Freguesias e quais as áreas já fiscalizadas, ficamos com uma mão cheia de nada. -----

----- Página 31 – Inserção do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) na Plataforma SILIAMB – O Decreto Lei n.º 267/2009 de 29 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 102/2017, de 23 de Agosto, estabelece o regime Jurídico da gestão de óleos alimentares usados (OAU), produzidos pelos sectores industrial, da hotelaria e restauração e doméstico, excluindo-se do âmbito da sua aplicação os resíduos da utilização das gorduras alimentares animais e vegetais, das margarinas e dos cremes para barrar e do azeite definidos nos termos do Decreto-Lei 32/94, de 05 de Fevereiro, e do Decreto-Lei nº 106/2005, de 29 de Junho, assim sendo e porque não existe neste documento nenhuma informação sobre esta matéria, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, quantos pontos de recolha existem no Concelho (OLEÕES), quem faz a recolha, se existe uma Rede Municipal de recolha seletiva e se são cumpridas todas as regras e normas no ciclo de vida dos Óleos alimentares e se está prevista a colocação pela autarquia de novos contentores (OLEÕES) para recolha de Óleos Alimentares Usados. -----

----- Página 31 – Adesão à “Hora Do Planeta” – sendo a minha última pergunta, questiono o Sr. Presidente da Câmara, se foi devido a esse evento que o largo adjacente ao edifício camarário



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e Quartel das Artes está sem iluminação pelo menos até ao dia 24 deste mês? Por favor mande acender as luzes porque é perigoso passar ou andar por ali.”-----

----- **PATRÍCIA SOFIA LOURO DE LEMOS** – disse que para si era sempre um prazer receber a Atividade Municipal, pela mão cheia de muitas coisas sendo sempre bom saber o que o Executivo andava a fazer.-----

----- Deu uma nota de bem-haja ao pelouro do Ambiente, nomeadamente pelas comemorações do “Dia Mundial da Árvore”, pela plantação de árvores de fruto nas escolas do Município, achando interessante a iniciativa. -----

----- Congratulou o Executivo por ter chegado aos três finalistas dos prémios “European Mobility Week”, devendo por isso estarem todos contentes por a semana da mobilidade em Oliveira do Bairro ter sido destacada e evidenciada, devendo continuar a ser feito o bom trabalho.

----- Disse que enquanto munícipe para si era um prazer pertencer a um Município onde existe um Pelouro da Idade Maior e para si enquanto Membro da Assembleia era um prazer, poder visualizar na página 34 do documento, uma série de iniciativas dedicadas a esse pelouro.

----- No que respeita à iniciativa cartão +65, só existirem nove adesões em dois meses, lhe parecia francamente pouco, lançando o desafio à Vereadora do Pelouro Lília Ana Águas, de perceber como se poderá ter mais utentes usufruir do cartão. -----

----- Sobre a cultura disse que se continuava a ter uma oferta interessante, apelando a todos os gostos e idades, sendo por isso de louvar o constante investimento na programação apresentada. -----

----- Referiu que o layout do documento tinha sofrido alterações, estando mais agradável e de mais fácil leitura, no entanto continuava a apresentar algumas gralhas, alguns erros ortográficos. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para prestar os esclarecimentos solicitados se assim o entendesse.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que o investimento que estava a ser feito com a aquisição de terrenos na zona industrial de Vila Verde era de vinte hectares, estando já adquiridos cerca de doze hectares. Acrescentou que se estava na fase pior para o Município em termos de aquisições, porque a quantidade de terrenos com cem, duzentos ou trezentos metros era muito grande e a burocracia é muito grande nomeadamente nos terrenos que foram expropriados pela A1, sendo que o terreno restante a Câmara pretende adquirir, mas não estava a ser muito fácil. -----

----- Louvou o trabalho realizado pelos serviços da Câmara, no empenho que tinha havido para a identificação dos proprietários dos terrenos, contudo há muitos proprietários que não sabem exatamente onde se situa a sua propriedade, o que também não facilita todo o processo.

----- No que diz respeito ao contrato de refeições referido, esclareceu que se tratava de uma gralha não havendo sobreposição, mesmo relativamente ao valor referido pelo Membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira, também era uma gralha, sendo o valor correto de mil e oitocentos e não dois mil euros como era referido na Atividade Municipal, lamentando o facto de não ter sido corrigida. -----

----- Relativamente à questão das pavimentações e do contrato que já estava assinado, esclareceu que o mesmo incorporava três vias a Rua de Santo António, a Rua de Santa Margarida na Freguesia de Oiã e a Rua Nova na freguesia da Palhaça. Referiu que ambos os Presidentes de Junta tinham conhecimento das intervenções que iriam ser feitas, nomeadamente no que diz respeito às águas pluviais e a correção de algumas patologias detetadas. Mais disse que os trabalhos ainda não tinham começado devido às condições climáticas adversas. -----

----- Informou que iria ser lançado procedimento para a marcação da via, que não pode ser de imediato, tendo que se deixar estabilizar o tapete, segundo as regras do trabalho, aproveitando também para reforçar algumas passadeiras do Concelho que necessitam de reforço na sua pintura. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Reportando-se às questões levantadas sobre o marketing digital, disse que tinha ouvido a Membro da Assembleia Regina Alves a enaltecer o trabalho que está a ser desenvolvido no Museu da Rádio, sendo fruto da reorganização que foi efetuada na comunicação, sabendo onde querem estar, a centralização que se pretende ter e a divulgação que se pretende para o Município, que também tinha que viver dessa divulgação porque se não for mostrado ninguém o conhece.-----

----- Dando um exemplo, disse que a divulgação das zonas industriais, tem promovido contactos um pouco por todo o País, essencialmente da zona Norte, que procuram saber das ampliações, da capacidade que cada uma terá e tentam também saber o que existe ao nível de habitação.-----

----- Sobre a questão do Kart Club de Oiã, esclareceu que o Município tinha visto reconhecida para si a propriedade do Kart Club e o que estava atualmente em jogo eram as benfeitorias que estavam em discussão. Informou que na presente data tinha sido contactado pelo jurista do Município a informar quais eram as possibilidades do Município em recuperar e não ter que pagar os valores que estavam a ser reclamadas, sendo que as perspetivas eram boas, esperando que para bem do Município a novela termine.-----

----- Acrescentou que tinham sido feitos esforços, contactos seus para que houvesse acordo, mas a pessoa em causa mantinha o pedido e o valor, não permitindo sequer qualquer tipo de negociação para outro valor que não o que tinha apresentado.-----

----- Sobre o que tinha sido referido relativamente ao “Chá Dançante” agradeceu as sugestões deixadas, que iriam ser tidas em atenção.-----

----- Relativamente à questão sobre pavimentações do Membro da Assembleia Acácio Oliveira, esclareceu que as mesmas iriam ser feitas em estradas municipais.-----

----- No que diz respeito à classificação das ruínas, esclareceu que o único trabalho que tinha sido efetuado pelo Município, tinha sido aquando da entrada em vigor da Lei, onde foram



Oliveira do Bairro assembleia municipal

identificados vários edifícios, depois de ter tomado posse, apenas tinha sido possível fazer a comunicação e dar conhecimento de quais os imóveis com essa classificação. Acrescentou que no ano anterior, foram retirados dessa listagem os imóveis que já tinham sido alvo de demolição ou de requalificação. -----

----- Informou ainda que as notificações aos proprietários dos imóveis com a classificação de ruína, estavam agora a sair, para que dentro do que a Lei exige, as pessoas possam reclamar a situação de ruína ou não, ou então procederem à reabilitação dos mesmos.-----

----- Referiu que no caso das casas devolutas, também se estava a fazer algum trabalho de identificação, de forma a que o Município faça as diligências necessárias, sendo que a situação mais preocupante eram as ruínas, que alguns casos colocam em causa a segurança rodoviária, de bens e pessoas.-----

----- Quanto às questões de limpeza urbana e de salubridade, informou que têm saído muitas notificações, já se vendo um pouco pelo Concelho a limpeza de terrenos que não eram limpos há alguns anos.-----

----- Sobre a floresta e a gestão de combustível, referiu que o trabalho tem sido idêntico ao da limpeza urbana, tem havido uma quantidade considerável de notificações levantadas pela GNR. Acrescentou que tem sido efetuado muito trabalho no último ano, por força da sensibilização que tem sido feita, através dos Presidentes de Junta que têm colaborado nesse sentido, havendo muita limpeza, muito corte de árvores em muitos locais.-----

----- Referiu que o Município se tinha candidatado a fundos, em que tem sido apoiado para a aquisição de equipamentos para a manutenção da faixa de gestão de combustível. -----

----- No que toca às zonas industriais, e respeitante à zona industrial de Vila Verde, a aquisição de terrenos, veio proporcionar o corte e o abate da floresta envolvente. Quanto ao Plano da Defesa da Floresta, disse que o mesmo estava a ser revisto de forma a ser adequado à realidade. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Sobre os investimentos nas pistas, esclareceu que essencialmente tinham sido pinturas, na extensão Frei Gil e na Escola Acácio Azevedo e foi também a construção de zonas de lançamentos na Acácio Azevedo que rondou cerca de nove mil euros. -----

----- No que respeita ao protocolo com a SOLSIL, recordou que tinha sido feito um acordo entre a Câmara Municipal e a SOLSIL, para a utilização da antiga Escola Primária do Silveiro, tendo a IPSS sido contemplada com o prémio BPI para a reconstrução, criando no local duas residências para jovens, com o intuito de os reabilitar. -----

----- Relativamente à iluminação junto aos Paços do Concelho, informou que a mesma tinha sido toda vandalizada, e face ao valor avultado da substituição, foi entendimento pelo menos tapar os buracos, para que não acontecesse nenhum acidente. Acrescentou que tem havido o cuidado de se deixar alguns projetores ligados dentro do edifício, para minimizar os estragos que foram feitos. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Acácio Oliveira, para solicitar esclarecimentos, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – relativamente à vandalização da iluminação disse que não tinha tido conhecimento, sendo triste que isso aconteça, no entanto, como alternativa sugeriu que na parte lateral do edifício, fosse colocado um projetor led dirigidos de forma a iluminar o caminho para que as pessoas não tropecem e caiam ao sair dos espetáculos do QA, durante a noite. -----

----- Sobre o Plano de Defesa da Floresta, concordou que a GNR tem feito um trabalho extraordinário, deslocam-se ao serviço de Finanças no sentido identificarem os proprietários dos terrenos e tem-se substituído aquilo que é a Proteção Civil, ou ao Município e aquilo que é a sua responsabilidade. Disse que o que lhe causava estranheza era que a GNR estivesse sozinha nesse trabalho, porque devia acompanhá-los nessa tarefa um fiscal da Câmara, um Presidente de Junta ou o Vice-presidente, o que dava outra imagem e mostrava o interesse que o Município



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tem em resolver os problemas.-----

----- Relativamente ao protocolo com a SOLSIL, questionou por quantos anos é que o mesmo era válido, tendo em atenção que tinham sido realizadas obras consideráveis de grande monta, não sabendo se haveria retorno, de forma a que um dia a Câmara volte a tomar conta do edifício.- -----

----- Disse que o Presidente da Câmara não tinha dito quantos funcionários tinha a autarquia ao seu serviço.-----

----- Quanto à questão dos óleos, disse que também não tinha respondido de quantos é que existiam espalhados pelo Concelho e o que pretendia a Câmara fazer para agilizar o processo de recolha de óleos alimentares usados.-----

----- Em seguida foi dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este respondesse ao pedido de esclarecimentos formulados pelo Membro da Assembleia Municipal, se assim o entendesse.-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que a atuação da GNR não tinha que ser obrigatoriamente com um elemento da Câmara Municipal, havendo uma parceria entre a Câmara e a GNR, para que se vão disponibilizando todos os dados, sempre que solicitados por ambas as partes. Acrescentou que a ação fiscalizadora da GNR, muitas vezes era efetuada a pedido da Câmara Municipal.-----

----- Relativamente ao protocolo existente com a SOLSIL, informou que o contrato inicial previa o número de anos, mas a pedido da instituição o mesmo foi alterado para que a taxa de depreciação normal para um edifício daquele género fosse equilibrada ao número de anos de uso do mesmo, ou seja, de forma a que contabilisticamente a SOLSIL pudesse amortizar o investimento, mas de momento não conseguia precisar o número de anos previstos no contrato.

----- Quanto ao número de funcionários do Município, informou que tinha cerca de duzentos e sessenta, contudo face à integração de precários o Município ficará aproximadamente com



Oliveira do Bairro assembleia municipal

duzentos e setenta funcionários. Acrescentou que os assistentes operacionais das escolas, que eram uma larga escala dos funcionários, que têm vindo a aumentar nos dois últimos anos letivos e a substituição dos contratos CEI, do Centro de Desemprego, que o Município está a fazer para que não haja a constante mudança de trabalhadores o que provocava instabilidade, nas escolas, tanto no corpo docente como nas crianças. -----

----- No que diz respeito aos oleões, referiu que o Município tinha um acordo com a empresa que há poucos dias tinha informado que iria cessar atividade, contudo já foram encetados esforços para abrir outro procedimento para que outra empresa faça essa recolha. Quanto à quantidade existente, disse não saber precisar porque entre os anos de 2010 e 2011, tinha havido um esforço de algumas freguesias a poente, para a colocação de mini ecopontos de recolha de óleos alimentares, tendo sido colocados, mas como algumas pessoas não usavam os mesmos para a colocação de óleo, alguns desses mini ecopontos foram retirados pelas Juntas de Freguesia.-----

----- Informou que perante a alteração de contrato e de empresa a rede de oleoes seria toda reformulada. -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.2 – Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n. 50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro (Saúde)]**, dando de seguida a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que iria fazer a apresentação dos dois pontos, uma vez que os mesos estavam interligados. ----

----- Disse que ambos os pontos tinham implicações no Município, mas não era essa a decisão que se iria tomar na presente discussão, mas sim dar o parecer do Município à CIRA



Oliveira do Bairro assembleia municipal

para que exerça ou não as competências nas duas áreas. -----

----- No que diz respeito à Saúde, deu nota que o Município tinha recebido uma proposta de financiamento para assumir a saúde, com valores que rondavam os duzentos mil euros e para rendas dos edifícios, a Tutela propunha cerca de dez mil euros, mas era do seu conhecimento que só em Oliveira do Bairro o Serviço Nacional de Saúde, pagava dois mil e quinhentos euros por mês à Santa Casa da Misericórdia, ou seja, só aí era um valor de trinta mil euros.-----

----- Informou que o Município tinha colocado imensas questões, sobre o pessoal, os equipamentos, entre outras, debatidas em reunião de Câmara, nada tinha sido esclarecido, contudo era referido que mais tarde o Município seria esclarecido e com o andamento da descentralização de competências de fariam os ajustamentos necessários. Acrescentou que essa era uma resposta que não esclarecia nada, tendo ficado assente entre os Municípios da CIRA, que se os Municípios não se sentiam confortáveis para aceitar as competências a CIRA também não iria aceitar, porque não tinha informações suficientes.-----

----- Disse ter ficado combinado com o Dr. ° Pedro, que fosse feito um levantamento em todos os Municípios, das despesas face ao conhecimento que tem da realidade de todos. -----

----- No que diz respeito à Educação, disse que também o Município tinha recebido uma proposta para a transferência de verbas, respeitante à delegação de competências, que era ligeiramente diferente daquilo que era o contrato interadministrativo, existindo por isso dúvidas que gostariam de ver esclarecidas, ficando por isso a aguardar os esclarecimentos para que depois o Município se possa pronunciar.-----

----- Acrescentou que o Município de Oliveira do Bairro ao ter o contrato interadministrativo em vigor, tinha uma situação mais confortável, porque já tinha mais experiência, no entanto havia algumas questões que iriam esclarecer junto da Secretaria de Estado. -----

----- No que respeita à CIRA, disse que as Comunidades Intermunicipais eram o ponto onde existia a ligação para a gestão dos fundos e dos financiamentos, tendo por isso já alguma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

experiência. Acrescentou que atualmente a CIRA também tinha um papel importante no ensino profissional e como o papel da CIRA seria essencialmente, na gestão da área do financiamento, do acompanhamento, da cativação de financiamento para áreas que atualmente já desempenhava e tinha na sua génese, como o combate ao insucesso escolar, sentia-se capacitada para aceitar a delegação de competências, porque era só passar para o papel aquilo que já faz na prática. -----

----- Informou que recentemente tinha sido facultado à Comissão de Acompanhamento Orçamental, as despesas e as receitas do contrato interadministrativo, de forma a que todos possam conhecer a realidade.-----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, que fizessem a inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. Fez uma saudação à PROMOB pela apresentação do excelente trabalho que tem realizado ao longo da sua curta existência.-----

----- Disse que da análise da proposta apresentada e aprovada pelo Executivo, sobre as competências na área da Saúde, o Executivo, apenas tomou posição relativamente ao exercício de competências a exercer pela CIRA. Relativamente às competências a assumir pelo Município disse que não era feita qualquer referência, na proposta que foi votada em reunião de Câmara.

----- Referiu que tinha ouvido com atenção a explicação do Presidente da Câmara, também tinha lido com atenção o Decreto-Lei em causa e daquilo que tinha percebido o Decreto-Lei, produzia efeitos a um de janeiro de 2019, sendo certo que os Municípios que pretendam adiar a transferência de competências para o ano de 2020, devem comunicar o facto à DGAL, até sessenta dias da sua entrada em vigor.-----

----- Afirmou que o prazo estava a correr e quase a expirar, sendo seu entendimento que o Município tinha que se pronunciar quanto à assunção ou não da transferência em causa.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Questionou o Presidente da Câmara, quando é que o Executivo Municipal iria pensar em tomar posição quanto à transferência de competências para o Município. -----

----- Mais disse que o diploma legal, concretizava a descentralização de responsabilidades no âmbito da saúde e previa essencialmente que as autarquias assumissem um sem número de competências tanto ao nível de gestão de pessoal, gestão de equipamentos, entre outras, referidas no diploma. -----

----- Disse que do pacote de transferências de competências, a da saúde a par com a da educação eram as que iriam exigir maior transferência de verbas, sendo também as mais complexas. Acrescentou que as duas transferências, saúde e educação eram também as únicas que teriam transferências de verbas diretas do Orçamento de Estado para as autarquias. -----

----- Recordou que em fevereiro tinha sido ouvido no Parlamento, a pedido da Bancada do CDS da Assembleia da República o Ministro das Finanças Dr. Mário Centeno, relativamente à transferência dessas verbas o qual referiu que tinha apresentado aos Municípios um total de noventa milhões de euros, para distribuir pelos Municípios, dos quais cerca de vinte e dois milhões para despesas com pessoal, cerca de doze milhões para os imóveis e cinquenta e cinco milhões de euros para custos logísticos. Informou ainda que o Ministro das Finanças tinha referido que os montantes tinham sido divididos por todos os Municípios, numa lógica de representação dessas atividades, pelo número de centros de saúde e de todos os serviços abrangidos pela delegação e competências e que todos os Municípios tinham recebido uma ficha individualizada em relação ao pacote da saúde. Mais disse que o Ministro das Finanças referiu que os Municípios à data de fevereiro, tinham toda a informação para decidirem em consciência se aceitam ou não a transferência de competências. -----

----- Acrescentou que também era referido no Decreto Lei, no seu artigo 25.º, que relativamente aos recursos financeiros para os anos de 2019 e 2020, os Municípios tinham um prazo de quinze dias, decorridos após a entrada em vigor do Decreto Lei. Acrescentou que no



Oliveira do Bairro assembleia municipal

prazo de quinze dias os Membros do Governo responsáveis das autarquias locais e da saúde, remetiam a cada uma das Câmaras Municipais o projeto de mapa que continha os montantes dos fundos a atribuir e a transferir para os Municípios no ano de 2019, bem como a listagem dos imóveis afetos aos cuidados de saúde primários, cujas competências de gestão, manutenção e conservação eram transferidas para as Câmaras Municipais.-----

----- Mais disse que ainda no mesmo artigo, no seu ponto dois, era referido que as Câmara Municipais dispunham de um prazo de trinta dias, após a receção do projeto de mapa, para remeterem ao Membro do Governo responsável pela área da saúde uma pronúncia sobre o seu teor, presumindo-se que na falta de pronúncia as Câmaras Municipais manifestavam a sua concordância com o teor do projeto de mapa. -----

----- Recordou que o Presidente da Câmara, na sua intervenção, tinha referido que tinha recebido esse documento, questionando porque é que essa informação não tinha vindo à Assembleia Municipal, de forma a deliberarem em consciência e se o Município se tinha pronunciado quanto ao seu teor.-----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – apresentou a proposta da Bancada do CDS, que reitera a decisão do Executivo Municipal em não aceitar que a CIRA exerça as competências em causa, nos termos da informação proposta apresentada pelo Executivo Municipal e enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal, que entregou à Mesa.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que tal como tinha referido, em outras Assembleias Municipais em que foram analisadas transferências de competências para a CIRA, vinha agora também reforçar as convicções e os fundamentos, por não existirem alterações dos condicionalismos e das premissas, em manter em coerência a posição sobre a transferência de competências para a CIRA na área da Saúde.-----

----- Referiu que sumariamente o PSD defende a descentralização e a transferência de competências e por isso não pode estar contra, mas depois não pode aceitar, porque entende o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

risco e uma irresponsabilidade, a descentralização sem uma clarificação efetiva através de um estudo prévio da Tutela da área da saúde que contemple as despesas, os custos e o respetivo enquadramento financeiro adequado e por isso não pode o PSD estar a favor. -----

----- Afirmou que como nas votações dos anteriores Decretos Lei de transferência de competências para a CIRA, o PSD iria optar pela abstenção. -----

----- Referiu que aos dois argumentos atrás apresentados, acrescia um outro, não de menor importância, a abstenção do PSD iria permitir a assunção por parte do Município da decisão sobre a transferência que entender estar preparada para a CIRA aceitar ou não, que até era o caso. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para esclarecer as dúvidas suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente aos prazos esclareceu que o primeiro prazo contava para a pronúncia do Município, no que dizia respeito aos valores, seguindo-se um segundo prazo de sessenta dias após a publicação do despacho referido no número três do artigo 25.º do Decreto Lei em questão. -----

----- Mais esclareceu que o Município se tinha pronunciado sobre o valor, de que não aceitava e depois disso é que tem que ser publicado quais os imóveis que passam para o Município, quais os bens afetos entre outras situações, mas isso ainda não tinha acontecido e era a partir daí que o Município tinha sessenta dias para tomar a decisão final. -----

----- Acrescentou que a mesma situação se repetia com a área da educação, em que foi recebido o valor da transferência, a partir da data da receção o Município tem trinta dias para a pronúncia, que é feita através da Câmara Municipal se aceita ou não e a partir daí começam a contar novos prazos. -----

----- Disse ainda que nessa área tinha havido alteração dos prazos, que tinham passado de maio para junho. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Conceição Mota, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – disse que após a explicação do Presidente da Câmara, verifica que o texto que foi apresentado na proposta do Executivo, também induzia em erro, porque diz que o Conselho Municipal da CIRA tinha entendido deliberar que a CIRA não assuma no ano de 2019 as novas competências na área da saúde, tendo em consideração vários motivos como a perspetiva base de que os Municípios associados da CIRA, não iam assumir as novas competências na área da saúde, ou seja, o Conselho da CIRA tinha deliberado nesse sentido, já com o pressuposto de que os Municípios não iriam assumir essas competências. -----

----- Foi novamente dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para tecer algumas palavras se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que face aos valores apresentados e face às dúvidas existentes, tinha sido decidido em março pelos Municípios que não estariam na disposição de aceitar. -----

----- Referiu que tinha sido um dos Presidentes de Câmara, que tinha alertado para a alteração de datas e que porventura se poderia adiar, atendendo que já alguns Municípios tinham tomado as suas decisões, foi entendimento que se todos pudessem tomar a sua decisão que o fizessem, ficando a vontade e a necessidade de esclarecer todas as situações. -----

----- Acrescentou que o Município estava a seguir os prazos estabelecidos para tomar as decisões, aguardando os esclarecimentos para depois se avançar com uma proposta ao Ministério da Saúde, entre todos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que iria passar a ler a proposta apresentada, pela Bancada do CDS-PP a qual se transcreve; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

-----“Sopesada a deliberação da Câmara Municipal datada de 11.04.2019 e a informação/Proposta n.º 68 - Mandato 2017/2021, de 05.04.2019, do Sr. Presidente da Câmara e documentos anexos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, no que respeita ao Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro [Saúde], propomos que a Assembleia Municipal delibere não aceitar que a CIRA exerça as competências em causa já em 2019, nos termos e com os fundamentos da informação/Proposta n.º 68 — Mandato 2017/2021, de 05.04.2019, do Sr. Presidente da Câmara.”-----

----- Foi a presente proposta colocada à votação; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que a proposta apresentada de **não aceitar que a CIRA exerça as competências em causa já em 2019**, relativa ao ponto da Ordem de Trabalhos **5.2 – Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro (Saúde)]**, foi **Aprovada por Maioria, com 7 Abstenções e 18 Votos a Favor**.-----

----- Abstenções dos Membros do Grupo Municipal do PSD, Nuno Barata, Lília Tavares, Annelise Guimarães, Carlos Santos, Maria Conceição Maia, Carlos Ferreira e Ricardo Regalado.

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.3 - Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (Educação)]**.-----

----- Uma vez já feita a apresentação do ponto por parte do Presidente da Câmara, foi solicitado a inscrição aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto da Ordem de Trabalhos; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – entregou a sua



Oliveira do Bairro assembleia municipal

intervenção por escrito, a qual se transcreve;-----

----- “*Apenas para informar o Senhor Presidente e a Assembleia que, por questões de ordem profissional, considero poderem eventualmente existir, ainda que muito indiretamente, razões para me considerar impedido de participar na discussão e votação deste ponto.*

----- *Portanto em nome da transparência e da defesa intransigente da independência e dos valores éticos que regem a nossa Assembleia, vou-me considerar impedido neste ponto da ordem de trabalhos e durante a sua discussão e votação ausentar-me-ei da sala.*-----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – disse que apresentava a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS de aceitar que a CIRA exerça a delegação de competências na área da Educação, que entregou à Mesa.-----

----- Fez referência à questão da gestão dos transportes, que sabia já estar em estudo e que já havia conhecimento da rede necessária para a oferta educativa, de forma a ter uma gestão cuidada e eficiente.-----

----- Relativamente à oferta educativa, na sua opinião a centralização e a gestão de recursos na área da formação possibilitava, conjugando com os transportes, a deslocação de formandos para a oferta educativa existente em vários locais. Acrescentou que não de podia querer tudo no Concelho de Oliveira do Bairro.-----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Disse que estava como Membro da Assembleia do Grupo Municipal do PSD e também como representante da Juventude Social Democrata, para demonstrar alguma preocupação no que tem a ver com a delegação de competências na área de educação.-----

----- Referiu que entendiam que fazia sentido, a certos e determinados pontos a descentralização e os seus perigos, sobretudo no que tinha a ver com a educação. Disse que a regionalização, quando se entrega às Comunidades Intermunicipais fazia e não fazia sentido em



Oliveira do Bairro assembleia municipal

determinados aspetos diferenciados.-----

----- Disse que estavam preocupados, com aquilo que tinha a ver com a oferta educativa e particularmente com o que tem a ver com o IPB - Instituto Profissional da Bairrada, que não sendo a primeira vez que estava em discussão neste fórum, a importância das instituições de ensino no concelho de Oliveira do Bairro, e no caso em concreto do IPB, era importante no que diz respeito à dinâmica de oferta de emprego e com a receptividade de investimento da indústria no concelho.

----- Referiu que era muito importante ter as garantias por parte do concelho de que nada se perdia, porque os investidores além de procurarem locais baratos para se instalarem, também procuram mão de obra qualificada e se Oliveira do Bairro procura atratividade, no que tem a ver com a indústria, tem que ter mão de obra qualificada e o IPB estava a ter um papel importante nesse sentido, sendo que o Município deve promover os cursos que ache serem necessários para a atratividade de investidores no concelho.-----

----- Afirmou que nesse sentido poderia ser perigoso, direccionar os setores de ensino, porque depois podia não estar de acordo com os interesses em termos de receptividade das empresas.

----- Sobre a Escola Secundária de Oliveira do Bairro, disse que era esperada uma requalificação urgente, mas delegando competências na CIRA, talvez essa requalificação fique por mais um tempo adiada, porque o que é prioridade para o Município não era a prioridade da CIRA, assim como para o Município a visão de mercado passando pela escolha dos cursos a serem ministrados no IPB e que pode ser uma visão estratégica do Município para a atração de empresas, pode não ser uma prioridade para a CIRA.-----

----- Afirmou que nem sempre a CIRA tem em conta aquilo que eram as prioridades da periferia. Disse perceber que tendo na cidade de Aveiro instituições de ensino profissional, seja perigoso estar-se a dar esse espaço e o mesmo acontecia nos transportes, questionando se estaria garantido que as linhas de transporte estariam de acordo com as vontades do Município.

----- Voltou a dizer que a grande preocupação era se não se iriam perder garantias para o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Município, com a delegação de competências para a CIRA.-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse que na Lei n.º 21/2019 no seu artigo 3.º, ponto um, respeitante à transferência de competências, é referido que, é competência dos órgãos municipais participarem em matéria de educação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos. Mais referiu que no seu ponto dois que era competência dos órgãos das entidades intermunicipais, o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa a nível supramunicipal, entendendo ser ligado à formação profissional. -----

----- Reportando-se à informação do Presidente da Câmara em apreço, disse que era referido que a CIRA assume em 2019 as novas competências na área da educação previstas, tendo em especial consideração a aposta que a CIRA tem concretizado, em parceria com os Municípios associados, ao nível do planeamento e da execução de investimentos de ampliação a qualificação do parque escolar, com a utilização de fundos comunitários. Deu nota que, do que tinha lido na informação o tinha levado a pensar que se iria proceder à votação de uma subdelegação de competências, mas pela explicação dada pelo Presidente da Câmara percebeu que tinha interpretado mal. -----

----- Disse querer ouvir a garantia pelo Presidente de Câmara, que daqui a uns tempos a Assembleia Municipal se iria pronunciar sobre a transferência de competências na área da educação para o Município. -----

----- Relativamente à transferência de competências para a CIRA e considerando o caso concreto do ensino profissional, questionou se esta transferência, não iria por em risco o futuro do IPB, uma vez que a CIRA passaria a definir a oferta educativa, nesse domínio. Referiu que do que tem conhecimento, bastaria a falta de financiamento de uma turma, de um curso ministrado atualmente no IPB, para a instituição tremer e uma vez que o IPB tem uma oferta formativa tão focada naquilo que eram as necessidades da realidade empresarial na região, questionou o Presidente da Câmara se era a estratégia correta, sobretudo no âmbito do desenvolvimento



Oliveira do Bairro assembleia municipal

económico.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que sem prejuízo da posição tomada pelo Grupo Municipal do PSD em relação a todos os documentos de transferências de competências quer para o Município, quer para a Comunidade Intermunicipal, já que as premissas fundamentais que levaram à posição de abstenção também se mantinham, existiam outros níveis de preocupação que advinham da deliberação da CIRA e os argumentos apresentados para assumir em 2019 as competências na área da educação. -----

----- Deu nota que a primeira preocupação estava na pretensão da CIRA de ter um papel de todo o planeamento e na execução de investimento de ampliação e qualificação do parque escolar, com a utilização de fundos comunitários. -----

----- Referiu que o PSD defendia que o Município de Oliveira do Bairro, precisava urgentemente de cativar fundos comunitários para a requalificação da Escola Secundária. Questionou o Presidente da Câmara, se no âmbito da discussão na CIRA e no âmbito de uma futura contratualização de fundos comunitários com a CIRA, estava garantida a requalificação da Escola Secundária de Oliveira do Bairro.-----

----- Afirmou que um dos motivos determinantes para que a escola esteja a perder alunos todos os anos, para concelhos limítrofes era o seu avançado estado de degradação e a falta de condições básicas de ensino.-----

----- Questionou se o Presidente da Câmara acreditava que a CIRA, no respeito pela equidade territorial e solidariedade intermunicipal no planeamento da afetação dos fundos comunitários, no quadro de correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, conjugado com o excelente desempenho que Município de Oliveira do Bairro alcançou na cativação de fundos comunitários na área da educação, iria defender a curto prazo a afetação de ainda mais fundos comunitários na área da educação para o Município de Oliveira do Bairro requalificar a Escola Secundária.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Questionou também se a CIRA já tinha elaborado algum estudo que fundamente a decisão e quais seriam os critérios no futuro para a afetação dos fundos comunitários relativos à educação, a distribuir pelos Municípios que compõem a CIRA. Referiu que se corria o risco de se ficar refém de critérios vagos, dependentes da capacidade negocial do Presidente da Câmara e da capacidade de o Município e do seu Agrupamento de Escolas, o que para si era uma situação muito grave. -----

----- Disse que o Presidente da Câmara também fazia parte do Conselho de Administração da CIRA, e por isso gostaria que lhe explicasse como se tinha efetuado a contratação da funcionária que está à frente da área da educação no âmbito da CIRA, se tinha sido por concurso, ou de outra forma, porque na sua opinião os mecanismos de transparência eram essenciais para se perceber o que se passa. Acrescentou que ainda ninguém tinha tomado nenhuma decisão relativamente à CIRA e já havia uma pessoa contratada para o efeito, o que para si era muito claro, porque há uma pessoa que é Presidente da Comunidade Intermunicipal da CIRA que acorda e decide tudo, independentemente de ouvir os Presidentes de Câmara e contrata uma funcionária. -----

----- Referiu que a segunda preocupação se prendia com a pretensão da CIRA no planeamento intermunicipal da rede de transportes escolares. Disse que se no Município, todos os anos, há alguma dificuldade em gerir os transportes, como é que uma Comunidade Intermunicipal a olhar para os Municípios, com a profundidade necessária, porque eram onze Municípios. -----

----- Questionou se existiam estudos e critérios para a definição do planeamento, de forma a garantir à comunidade escolar, algo que é fundamental para o ensino que são os transportes escolares. -----

----- Deu nota que a última preocupação se prendia com a definição da oferta educativa dos cursos profissionais. Referiu que no Município existia uma escola profissional, o IPB, uma escola



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que muito orgulha a todos, que tem todo o apoio do Município e que já tem provas dadas do seu sucesso e da notoriedade que trazia a Oliveira do Bairro, uma escola em franco crescimento, com uma capacidade de captação de alunos assinalável, dentro e fora do Município em que aproximadamente 60% dos alunos são de fora do Concelho, num universo de alunos que já abrangia nove Municípios, de Mira à Murtosa cujo impacto de fixação no Município, não pode ser negligenciado.-----

----- Referiu que a estratégia educativa e de formação do IPB, pela qual a Direção Pedagógica merece um aplauso, consegue uma taxa de fixação dos seus formandos de 100% no tecido empresarial da região e nas áreas específicas de formação lecionadas, funcionando em contraciclo com a generalidade do País. -----

----- Afirmou que com a descentralização de competências a CIRA teria um poder discricionário na atribuição das turmas de cerca de 30%, num universo de pouco mais de setenta novas turmas que eram criadas por ano, estava-se a falar de mais de vinte turmas, cuja distribuição seria da exclusiva responsabilidade da CIRA. Disse que tal poder discricionário tinha que preocupar a todos, pois o funcionamento associado a cada uma das novas turmas numa escola como o IPB que leciona apenas três cursos, o impacto da decisão era determinante, pois a CIRA poderia acabar com um curso no IPB, podendo ainda deixar de existir em Oliveira do Bairro e manter em Aveiro. -----

----- Mais disse que acrescia a tudo o que tinha referido, que se estava a falar de um projeto de uma escola profissional único no País, já que era uma escola profissional de referência empresarial e que por esse e todos os outros motivos, teria que ser protegida e acarinhada pelo Município. -----

----- Disse ainda que se sabia que os critérios da decisão da CIRA, estavam plasmados na Lei, mas também se sabe que alguns deles apresentam contornos perigosamente vagos, estando a falar de um universo de escolas, na área de influência da CIRA muito significativo e de algumas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

delas de grande dimensão e localizadas em Municípios com uma capacidade negocial muito superior à de Oliveira do Bairro e mesmo de escolas profissionais que por várias ordens de razão têm uma capacidade de lóbi, muito mais forte que a do IPB. Afirmou que a situação poderia apresentar um sério problema para o futuro do IPB. -----

----- Referiu que enquanto fosse possível manter o processo de atribuição de turmas na Tutela, se deveria manter e esse é que deveria ser a opção, porque ao passar para a CIRA não dá mais garantias. Disse que permitia que até à data da obrigatoriedade de aceitação da transferência de competências, ano de 2021, se procedesse no âmbito da CIRA a um trabalho de auscultação prévia, das várias entidades envolvidas, de forma a procurar uma plataforma de entendimento, que acautelassem as necessidades de formação de cada Município e que garantissem a defesa de cada uma das escolas. -----

----- Solicitou ao Presidente da Câmara, que no âmbito das suas competências e enquanto Membro do Conselho Executivo da CIRA, promovesse e defendesse a implementação do trabalho fundamental para a credibilização e justiça do futuro poder discricionário da CIRA, e se assim se proceder, garantia-se uma decisão com mais informações e uma decisão melhor informada era sempre uma melhor decisão. -----

----- Afirmou que por tudo o que tinha referido o Grupo Municipal do PSD iria votar contra a proposta apresentada, pelo Grupo Municipal do CDS de a CIRA assumir em 2019 as novas competências na área da Educação. -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – disse que as questões eram pertinentes, mas no que tocava aos transportes não via qualquer problema, no entanto no que diz respeito à oferta educativa, podia ser um problema, contudo estava-se a falar na área profissional que era de acordo com a oferta de trabalho na sua área geográfica, sabendo também que muitas vezes a oferta formativa das escolas, funcionava em função do corpo docente e não da área geográfica.

----- Afirmou que tinha que se limpar essa situação, e no IPB o corpo docente já tem alguns



Oliveira do Bairro assembleia municipal

anos tendo ofertas formativas pouco ambiciosas, havendo necessidade de se ir para outros cursos, não se devendo ficar no tradicionalismo e procurar outras valências, porque o mercado de trabalho cada vez estava mais dinâmico. -----

----- Concordou que a oferta educativa tinha que ser cuidada e que seja garantida a oferta educativa para o tecido empresarial, e aí o Presidente da Câmara tem um papel importante na CIRA para manter os cursos já existentes, e ter abertura para receber outros cursos de forma a oferecer coisas diferentes aos jovens. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para que prestasse os esclarecimentos suscitados, se assim o entendesse; -----

----- O Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente aos transportes, recordou que tinha sido feita a delegação de competências na CIRA e uma das premissas era a inclusão de todas as rotas existentes no Município, quer fossem rotas que servissem essencialmente os transportes escolares ou não. Acrescentou que as rotas escolares, estavam todas identificadas e acauteladas no estudo que foi enviado para a Comunidade Intermunicipal, ou seja, no Município de Oliveira do Bairro, quer seja para servir estudantes ou munícipes em geral, as rotas foram todas contempladas incluindo as rotas do TOB.

----- Informou que por inerência a CIRA, já tinha competências delegadas para definir as rotas, pelo Município de Oliveira do Bairro assim como por todos os Municípios que compõem a CIRA e essa definição e o que estava a ser preparado no caderno de encargos, para lançar a concurso público todas as rotas e eram salvaguardados todos os interesses e todas as ligações, com exceção do Município de Aveiro que tinha contrato assinado há pouco tempo e por isso não iria entrar no concurso público. -----

----- Relativamente à contratação da funcionária da CIRA, disse que estavam presentes nesta Assembleia elementos que faziam parte da Assembleia Intermunicipal que podiam ser questionados sobre os termos da contratação e informou que a funcionária em questão para além



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de estar à frente do processo de transferência de competências na área da educação, estava também com outro projeto que está relacionado com o insucesso escolar, sendo um processo que em Aveiro está mais atrasado face a outras comunidades intermunicipais. -----

----- Esclareceu que o contrato interadministrativo tinha previsto a recuperação de escolas, nomeadamente a ESOB e o que vinha na proposta para o Município de Oliveira do Bairro era a recuperação prioritária da ESOB, dentro da comunidade intermunicipal. Recordou que há pouco tinha referido que era uma das situações que pretendiam ver esclarecida no que toca ao Município. -----

----- Referiu que era do conhecimento de todos que a comunidade intermunicipal e os Municípios tinham assinado um pacto no que diz respeito a investimentos e cativação financeira e nesse pacto consta a escola Fernando Peixinho, no entanto a questão da ESOB não faz parte desse pacto, muito embora tenha sido dada informação à CIM de todos os projetos que existem na gaveta e que deviam estar resolvidos e da necessidade de investimentos e os valores necessários, porque a quantificação já foi feita pelo Município. -----

----- Relativamente aos cursos profissionais, disse que já no passado existia a possibilidade de a comunidade intermunicipal exercer a pressão que atualmente exerce por obrigação. Disse que curiosamente na comunidade da região de Aveiro os cursos profissionais ligados à área industrial, não eram os preferidos da DGEST para apoiar, ou seja, se se verificar a CIM de Coimbra os cursos profissionais ligados à investigação e ao desenvolvimento são em número superior dos existentes na região de Aveiro porque a capacidade de pressão tem sido totalmente diferente e a vontade que tem prevalecido é do curso que vai de encontro às necessidades mais prementes. -----

----- Deu nota que houve reunião onde foram discutidos os cursos que pretendiam para cada Município e a consequente oferta educativa, seguidamente a CIM informa a DGEST dos cursos pretendidos pelos onze Municípios, para Oliveira do Bairro são todos os cursos profissionais



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ministrados no IPB e na ESOB e é a DGEST que tem a palavra final, dependendo do histórico existente e da atratividade que tem trazido. Disse que com muita pena não tinha visto reconhecido o investimento que o Município tem feito na indústria e a sua grande luta, nessa reunião, foi que não se cingissem só ao histórico, porque é necessário renovar os cursos mediante as necessidades que vão existindo no Município e não só, como tinha sido referido pelo Membro da Assembleia Miguel Oliveira.-----

-----Reportando-se ao desafio que foi deixado em trazer à Assembleia Municipal a delegação de competências na área da educação para o Município, disse que era evidente que seria trazido, estando no momento a contar o primeiro prazo para a pronúncia dos valores apresentados na proposta. Deu conhecimento que iria ter uma reunião juntamente com a Vereadora Lília Ana Águas no Ministério da Educação para perceber quais eram as premissas e trazer a esta Assembleia uma proposta fundamentada para que se tome a decisão em consciência, sabendo que até ao ano de 2021 pode ser sempre mantido o contrato interadministrativo.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que não havendo mais pedidos de intervenção iria passar a ler a proposta apresentada, pela Bancada do CDS-PP a qual se transcreve; -----

-----“*Sopesada a deliberação da Câmara Municipal datada de 11.04.2019 e a informação/Proposta n.º 69 - Mandato 2017/2021, de 05.04.2019, do Sr. Presidente da Câmara e documentos anexos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, no que respeita ao Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro [Educação], propomos que a Assembleia Municipal delibere aceitar que a CIRA exerça as competências em causa já em 2019, nos termos e com os fundamentos da informação/Proposta n.º 69 — Mandato 2017/2021, de 05.04.2019, do Sr. Presidente da Câmara.*” -----

----- Foi a presente proposta colocada à votação, tendo em atenção que seriam só 24



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Membros da Assembleia a votar, pela declaração de impedimento do Membro da Assembleia Nuno Barata; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que a proposta apresentada de **aceitar que a CIRA exerça as competências em causa já em 2019**, relativa ao ponto da Ordem de Trabalhos **5.3 - Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (Educação)]**, foi **Aprovada por Maioria, com 11 Votos Contra e 13 Votos a Favor.** --

----- Votos Contra dos Membros do Grupo Municipal do PSD, Lília Tavares, Annelise Guimarães, Carlos Santos, Maria Conceição Maia, Carlos Ferreira e Ricardo Regalado e dos Membros do Grupo Municipal UPOB, Armando Humberto Pinto, José Carvalheira, Conceição Mota, Marisa Pataco e Acácio Oliveira. -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota do avançado da hora e pelo número de assuntos ainda a tratar disse que era entendimento da Mesa que não seria possível concluir a Ordem de Trabalhos. -----

----- Tendo em atenção que se deveria dar de imediato seguimento aos assuntos constantes da presente Ordem de Trabalhos, questionou os Membros, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta.-----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, nomeadamente; 5.2 – Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Diplomas Setoriais [Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro (Saúde)] e 5.3 - Análise e Votação da Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e Diplomas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Setoriais [Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro (Educação)]. -----

----- Assim de acordo com o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, os Trabalhos referentes à presente Sessão da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e dezanove foram interrompidos, sendo novamente reatados em vinte e nove de abril de dois mil e dezanove, de acordo com o enunciado na Convocatória enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do mês de abril, convocada para o dia vinte e seis de abril do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e secretariados por **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.-----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, António Augusto Marques Mota, Helena Soares e Rui Jorge Marques Santos.-----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou que por motivos profissionais o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Francisco de Oliveira Martins, não poderia estar presente nesta segunda reunião, sendo assim substituído por si



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nessas funções. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra ao Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal Francisco de Oliveira Martins, Arsélio Manuel Domingues Canas, José António Neves Carvalheira, Acílio Dias Vaz e Gala, Cidalina Vieira Samagaio Matos e os Presidentes de Junta de Oiã, Victor Manuel Bastos de Oliveira e de Oliveira do Bairro Simão Moreira Vela. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – informou que os Membros acima identificados, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal respetivamente, Marcos António Pereira Gala, Lília Maria Santos Tavares, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, Ana Catarina Amaral de Oliveira, João Manuel Oliveira Nunes Bastos, Licínia Caldeira e Rui Barqueiro que substituem, os Membros antes indicados.--

----- Informou ainda que o Membro Gonçalo Roque Batista, tinha dado nota à Mesa que chegaria um pouco mais tarde. -----

----- Convidou para completar a Mesa da Assembleia Municipal o Membro João Manuel Oliveira Nunes Bastos, que tomou a posição de 2.º Secretário da Mesa. -----

----- Retomando os trabalhos e deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.4 - Eleição de representantes para a CPCJ, nos termos da alínea I) do artº 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, conjugada com a Lei 175/15 de 8 de setembro de 2015.** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – esclareceu que se tratava de uma eleição de cidadãos com conhecimentos e capacidades para intervir na área de crianças e jovens em perigo, tendo sido designados pela



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que em sede de Comissão Permanente tinham sido apresentados nomes, pelos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal, dando o uso da palavra ao Membro da Assembleia Nuno Barata, para apresentação da listagem.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – informou que a proposta que iria apresentar estava subscrita pelos Líderes das três Bancadas, tinha resultado de entendimento em sede de Comissão Permanente e tinha tido também a participação de todos os Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Passou a ler a proposta, que entregou à Mesa a qual se transcreve;-----

----- “*As bancadas representadas nesta Assembleia, através de entendimento no âmbito da Comissão Permanente, apresentam como Candidatos a serem indigitados como Representantes da Assembleia Municipal na CPCJ de Oliveira do Bairro «de entre os cidadãos eleitores preferencialmente com conhecimento ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo»:*-----

----- *Lília Maria Gala R. dos Santos;*-----

----- *Maria da Graça R. P. Santiago Tomás;*-----

----- *Ana Catarina Amaral de Oliveira;*-----

----- *Margarida Maria da Silva Nolasco.*”-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – referiu que como se tratava de uma eleição, ao abrigo da alínea c) do número 2 do artigo 62.º do Regimento da Assembleia Municipal, a votação teria que ser feita por escrutínio secreto, procedendo assim à chamada nominal de todos os Membros da Assembleia Municipal para procederem ao seu voto.-----

----- Foram distribuídos os boletins de voto.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Procedida que foi a chamada individual acompanhada com a respetiva votação de cada um dos Membros da Assembleia Municipal e depois de apurados os resultados, verificou-se que a proposta apresentada, relativa ao ponto da Ordem de Trabalhos **5.4 - Eleição de representantes para a CPCJ, nos termos da alínea I) do artº 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, conjugada com a Lei 175/15 de 8 de setembro de 2015, foi Aprovada por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Ficaram assim indigitadas como representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, Lília Maria Gala R. dos Santos, Maria da Graça R. P. Santiago Tomás, Ana Catarina Amaral de Oliveira e Margarida Maria da Silva Nolasco. -----

----- Foi assim concluído o ponto a Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, **5.5 – Análise e Discussão do Relatório de Observância do Direito da Oposição**, tendo sido dado o uso da palavra para introdução do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que o documento era explícito, tendo sido enviado a todos os Membros da Assembleia, estando ao dispor para algum esclarecimento que possa surgir. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir, que fizessem a sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – entregou a sua intervenção por escrito a qual se transcreve; -----

----- *“No que respeita ao Estatuto do Direito de oposição, legalmente consignado, em concreto no que respeita ao presente relatório de observância do direito de oposição permita-me que comece por discordar da referência que se faz no ponto 3 do mesmo, e passo a citar, ao*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

“pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição”. Entendemos que estamos ainda muito longe do pleno cumprimento do direito de oposição.-----

----- Este é um direito que está regulamento por um quadro legal específico para os grupos políticos, mas é um direito constitucional que abrange todos os cidadãos sem exceção.-----

----- Todos têm o direito de acompanhar, fiscalizar e criticar as orientações políticas que quem num dado momento exerce o poder. E poder deve olhar para isto com naturalidade, sem qualquer tipo de autoritarismo, prepotência ou paternalismo.-----

----- No entanto, subsistem ainda imensos casos de autoritarismo e prepotência, temos tido conhecimento de várias situações em que munícipes por fazerem parte do UPOB, são discriminados em relação a outros que andaram com a bandeirinha do CDS, e isto de tão banal até parece normal, mas não é. Temos também tido conhecimento de casos de associações a quem são puxadas as orelhas porque num ou noutro momento os seus dirigentes mostram alguma discordância em relação às opções políticas do Executivo. Para já não falar de dirigentes associativos que nos confessam que se inibem de ter qualquer atividade política por receito que a associação na qual colaboram venha a ser discriminada.-----

----- Por isso o caminho é ainda longo, para que a democracia seja vivida por todos de forma plena e sem receios.-----

----- No aspeto mais formal, reconhecemos, que o Executivo tem procurado, dentro do quadro, legal cumprir. Apraz-nos de resto mencionar a forma mais cooperante e aberta como este Executivo tem interagido com a Comissão de Acompanhamento Orçamental, algo que como sabemos não se passava de todo com o Executivo anterior, que de variadíssimas formas sempre procurou dificultar o trabalho de escrutínio desta comissão.-----

----- No caso da audição dos grupos políticos no âmbito da elaboração do Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipais, o relatório menciona, e passo a citar “Durante



Oliveira do Bairro assembleia municipal

as reuniões foram feitas algumas sugestões de melhoria dos documentos por parte do Movimento UPOB”, e é verdade, e de resto é esta a atitude que iremos continuar a manter, procurando fazer sempre oposição de forma construtiva, mas sem deixar de criticar e sem deixar de dizer aquilo que tem que ser dito.-----

----- E também é importante que do outro lado haja recetividade às sugestões feitas pela oposição. Não pode o Poder ter a atitude de que só porque aquela ideia ou sugestão veio da oposição não presta, é importante que haja abertura e recetividade áquilo que são os contributos de todos.”-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que gostaria de deixar uma nota à consideração da Mesa, para quem já não era novidade, mas também para o Executivo Municipal.-----

----- Afirmou que o direito de participação e de fiscalização também importa que seja feito com qualidade e mesmo tendo em consideração que se estava a ter um número significativo de Sessões da Assembleia Municipal, pelos motivos que todos sabiam e que ultrapassava o “*modus operandi*” dos Municípios, e que vinham do poder central, mas sistematicamente se tem Ordens de Trabalhos das Assembleias Municipais, que em bom rigor não ajudavam à discussão, com o máximo de qualidade dos assuntos tratados, pela quantidade de assuntos agendados, exigindo que se faça uma gestão de tempo e eventualmente algum afinilamento da discussão, para que se possa cumprir em tempo útil as Ordens de Trabalhos. Acrescentou que já estavam mais ou menos preparados para que cada Sessão da Assembleia Municipal tenha duas reuniões.-----

----- Referiu que havia duas Sessões da Assembleia Municipal muito relevantes, onde eram discutidos as Contas e o Orçamento, que eram tendencialmente intensas e fortes na sua discussão dos pontos referidos. Na presente Ordem de Trabalhos há onze pontos a discussão, em que alguns deles, demoram horas a discutir, mostrando que é relevante e que todos estão a dar a sua opinião e a construir o melhor possível, cada um na sua perspetiva, o melhor para o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Município. -----

----- Apelou ao Executivo Municipal, que dentro do possível, fizesse uma gestão mais conforme da introdução dos pontos nas Sessões da Assembleia Municipal, para que as Ordens de Trabalho não sejam tão extensas. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – solicitou ao Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto, que identificasse a quem é que o Executivo Municipal tem andado a pressionar, a fazer chantagem ou a inibir de exercer os seus direitos enquanto associação ou enquanto pessoa. Acrescentou que era importante saber dados concretos, para que se houve alguma situação dessas a acontecer se possa corrigir.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – esclareceu que não tinha ido tão longe a dizer que o Executivo tenha feito chantagem, mas afirmou que faziam pressão. Acrescentou que quem tinha dado essa informação pediu que não fosse identificado com receio e por isso iria respeitar.-----

----- Referiu que se sabe o que se passa e era uma prática que não foi alterada com a mudança do Executivo, e que na sua opinião era uma prática que tinha que ser erradicada. -----

----- Informou que já foi dirigente associativo e tinha sentido as pressões que referiu, muito embora não tenha sido durante o atual Executivo. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro André Chambel para prestar um esclarecimento, tendo-lhe sido concedido;-----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Dirigindo-se ao Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto, disse que precisamente para evitar o que tinha sido referido tinha sido criado o Regulamento das Associações de forma a tornar tudo muito claro. Deu nota que um dos motes do Regulamento, era retirar do gabinete do Presidente da Câmara a decisão sobre os valores a atribuir às associações, para evitar as pressões que tinha falado, sendo as associações que especificam o valor do apoio que pretendem anualmente, que posteriormente é analisado por uma comissão.

----- Afirmou que o que tinha sido dito pelo Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto era grave, porque colocava nos ombros do Executivo uma pressão que depois não quis formalizar. Acrescentou que dizer que Membros candidatos pelo UPOB que são dirigentes de associações e que sofreram pressões por parte do Executivo Municipal é colocar todos os elementos que fizeram parte das listas da UPOB sob suspeita de terem sido pressionados e depois qualquer reunião que o Presidente da Câmara tenha tido com ex candidatos da UPOB, colocava sob os ombros do Presidente da Câmara a suspeita desse tipo de pressões. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para prestar algum esclarecimento se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que possivelmente o Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto, estava habituado a outro tipo de práticas, para as quais não se revê. Recordou que no final de uma Assembleia, um dos Membros da mesma tinha referido que valeria a pena a discussão política com o Presidente da Câmara, porque no final da Assembleia todos se cumprimentam, querendo que sirva de exemplo à desconfiança levantada e aquilo que é a atitude do Presidente da Câmara.-----

----- Referiu que se as pessoas que deram essa informação, poderia tomar uma posição e corrigir o que tiver que ser corrigido, mas se não há identificação fica mais difícil corrigir essa pressão que possa estar a acontecer.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelos Membros Armando Humberto Pinto e André



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Chambel para prestarem um esclarecimento, tendo-lhes sido concedido;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – esclareceu que não tinha dito que todos os elementos das listas do UPOB eram dirigentes associativos, o que tinha dito era que havia pessoas que se sentiam discriminadas por fazerem parte das listas do UPOB, não querendo dizer que fossem dirigentes associativos, mas sentiram discriminação noutras situações que envolveram a Câmara. -----

----- Mais disse que achava bem a indignação mostrada porque era exatamente proporcional à indignação que sente quando alguém o alerta sobre este tipo de situações, achando mesmo que todos se devem indignar e alertou todos os presentes para que andem mais alerta para as situações que referiu, não deixando que passem pelos pingos da chuva. -----

----- Esclareceu ainda que as pressões e a discriminação sentido não vinham necessariamente do Presidente da Câmara, porque não era só o Presidente da Câmara que tomava decisões.-----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que o Membro da Assembleia Armando Humberto Pinto, tinha voltado a levantar uma série de suspeições de pressões, discriminação, que não podem ser ditas dessa forma, porque ou refere quem e de que forma foi prejudicado, ou então não pode levantar essas suspeições. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.

----- De seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, **5.6 - Análise e Votação da colocação de Sinalização Vertical de Estacionamento para Cargas e Descargas, no início da Rua das Obras Sociais, junto à Sede da Banda Filarmónica da Mamarrosa**, tendo sido dado o uso da palavra para introdução do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que a alteração à sinalização referida, tinha sido por verificação e relatado pela Banda Filarmónica e das várias associações que ali trabalham. Referiu que o espaço próximo servia a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Banda Filarmónica, a Associação de Melhoramentos, o Rancho de São Simão e quando existiam outro tipo de eventos era um dos locais privilegiado pelos mamarrosenses para fazerem as suas atividades.-----

----- Assim verificou-se que era necessário colocar a sinalização vertical de cargas e descargas, de forma a possibilitar que as associações tenham um lugar garantido para descarregarem ou carregarem os seus materiais quando se deslocam para as suas atuações, tendo a dimensão adequada, para o efeito.-----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir, que fizessem a sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes.

----- Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- *“Parece-nos bem a colocação dos sinais, mas não pode ser feito de uma forma casuística, porque já era tempo de o Município avançar para um plano mais abrangente uma vez que nos últimos anos têm sido marcados por diversas alterações ao sistema viário municipal, verificaram-se adaptações, ampliações, mas sobretudo foram marcados pela transferência de responsabilidades para o Município no domínio das redes viárias de nível nacional, pese embora esta transferência ter sido precedida de intervenções de requalificação, importa potenciar a sua manutenção e adequação constantes, exigindo do Município um olhar atento e adequado, sobretudo em consonância com a alteração dos fluxos de trânsito dentro e entre localidades, visto que estas vias continuam a ser portas de entrada e saída do Concelho.*-----

----- *Considerando que cabe à Câmara Municipal zelar pelas boas condições de fluidez do trânsito e sobretudo pela procura da segurança rodoviária de todos os utentes das vias públicas, sejam eles peões ou automobilistas, a procura de soluções de mobilidade tem de ser marcada pela audácia e pela inovação.* -----

----- Neste sentido e tendo em conta a realidade existente no trânsito e no estacionamento



Oliveira do Bairro assembleia municipal

do nosso Concelho, é de todo importante que o executivo pense seriamente na redação de um regulamento municipal de trânsito, com o propósito de aumentar a capacidade ao nível da gestão e ordenamento do trânsito e dos estacionamentos, bem como melhorar a mobilidade viária, proporcionando aos cidadãos Oliveirenses melhores condições de trânsito e conseqüentemente, de qualidade de vida urbana.”-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que prestasse algum esclarecimento, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que aceitava a sugestão deixada pelo Membro da Assembleia Acácio Oliveira. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.6 - Análise e Votação da colocação de Sinalização Vertical de Estacionamento para Cargas e Descargas, no início da Rua das Obras Sociais, junto à Sede da Banda Filarmónica da Mamarrosa, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.7 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro – Proposta Final**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que o presente regulamento vinha de uma vontade expressa de dar oportunidade aos jovens para terem no Município a possibilidade de demonstrarem o que valem e também de aprenderem, ganharem alguma experiência, que poderá ir até um ano. -----

----- Disse que estava tudo descrito no regulamento, todos os princípios e a proposta vinha



Oliveira do Bairro assembleia municipal

também no sentido de que todos os estágios pudessem ser remunerados.-----

----- Afirmou que estaria disponível para qualquer esclarecimento, se assim o entendessem.

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, que fizessem a inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **CONCEIÇÃO EMÍLIA ROÇA DE VASCONCELOS MOTA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que no contexto atual da sociedade que era global e muito competitiva, a promoção e a dinamização de programas e iniciativas que visem dar contributos para o aumento da formação humana, cívica e académica dos jovens e da sua inserção na vida ativa no mercado de trabalho era fundamental. -----

----- Disse que o Município deveria potenciar e promover as oportunidades de formação e desempenho profissional, em contexto real de trabalho, dos jovens qualificados a desenvolver nas diversas unidades orgânicas do Município. -----

----- Mais disse que as oportunidades de aprendizagem contínua e em contexto real de trabalho permite aos estagiários a operacionalização dos seus conhecimentos adquiridos no seu percurso académico e o contacto com profissionais experientes, possibilitando a aquisição de experiência profissional e desenvolvimento de competências, fatores determinantes para o sucesso na futura inserção no mercado de trabalho. -----

----- Referiu que pelo que tinha referido se impunha estabelecer um plano de estágios para o Município que preveja e regule os três tipos de estágios.-----

----- Afirmou que o Regulamento em apreciação, tinha sido submetido a consulta pública, estando com certeza bem elaborado, mas após uma segunda leitura tinha verificado que no texto do seu artigo 22.º, deveria constar, para além do período da suspensão, previsto na alínea b) do número um, a possibilidade do alargamento desse período de suspensão, em caso de maternidade, paternidade ou adoção pelo estagiário, em pelo menos seis meses. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Acrescentou que certamente se a situação surgir será bem considerado e bem decidida pelo Executivo da Câmara, que enquadrará no artigo dos casos omissos, que existe sempre em todos os regulamentos que serve para colmatar a lacunas.-----

----- Não havendo mais nada a dizer, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação, -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.7 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro – Proposta Final**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor**.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.8 – Análise e Votação da Proposta do Projeto de Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – solicitou autorização para passar a palavra à Vereadora do Pelouro Lília Ana Águas, para proceder à apresentação do ponto; -----

----- A Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao espaço temporal do regulamento, desde o início do procedimento até à presente data, esclareceu que para além dos períodos legais de discussão do documento, a determinada altura do processo, tinham surgido dúvidas do foro jurídico no que diz respeito à tabela de taxas que na altura fazia parte integrante do documento, foram solicitados vários pareceres e foi decidido retirar essa tabela de taxas. -----

----- Foi solicitada a inscrição dos Membros que pretendessem intervir no presente ponto da Ordem de Trabalhos, sendo dado o uso da palavra aos mesmos; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Entregou a sua intervenção por escrito a qual se transcreve; -----

----- *“Relativamente ao Projeto de Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro, o Movimento UPOB congratula-se pela sua execução, tendo em conta que o município tem na sua dependência dois destacados museus que, pelo vasto e qualitativo espólio que alberga e expõe, necessitam de uma estrutura, orgânica e dinâmica profissional. É um documento de capital importância não só para a promoção daqueles dois núcleos, mas também para a preservação, conservação, investigação e divulgação da memória, do património e da História do nosso concelho. Por outro lado, conforme a própria nota justificativa o esclarece, a Lei Quadro dos Museus Portugueses e a Lei de Bases do Património Cultural levam, inevitavelmente, à conceção de um documento orientador e regulamentar dos museus regionais, municipais e locais, mormente os tutelados pelas próprias câmaras municipais, como é o feliz caso que aqui se nos apresenta.*-----

----- *O Movimento UPOB congratula-se, igualmente, pela participação cívica dos cidadãos que se constituíram como interessados na execução do processo e pelas suas contribuições, nomeadamente sendo pessoas com experiência e conhecimentos ligados à cultura, ao património, à História e à museologia. É demonstrativo que as questões da cultura, do património e da História concelhia estão cada vez mais na ordem do dia e nas preocupações das gentes oliveirenses, abandonando aquele pretérito período em que este tema foi descorado e arreado dos cuidados da edilidade e da população, tendo o nosso Movimento, desculpem-nos a imodéstia, contribuído para a discussão alargada destas temáticas.*-----

----- *Quanto ao documento propriamente dito, este reveste-se de rigor técnico e científico, abarcando as diversas áreas necessárias (museológica, científica, investigacional, organizacional, administrativa e pedagógica) e em nossa opinião é um documento bem*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

estruturado, corretamente organizado e devidamente adequado não só às duas leis nacionais acima supracitadas, mas em clara articulação com o nosso contexto histórico e territorial. É um regulamento que está em consonância com as teorias e os preceitos da Nova História, conseqüentemente, da Nova Museologia, e das mais recentes concepções patrimoniais, museológicas e museográficas. -----

----- Conquanto, parece-nos que um ou outro ponto poderão ser limados no futuro, ainda para mais sendo um documento aberto que possibilita a metódica adaptação à evolução das conceptualizações museológicas, tendo, também, em conta as possíveis alterações legislativas, de base ou regulamentares, por um lado, e o crescimento e/ou diversidade do espólio e dos públicos-alvo, por outro. -----

----- No número 4 do artigo 4º é aberta a possibilidade, e muito bem, de outros museus integrarem a Rede de Museus de Oliveira do Bairro, pois existem outros espaços museológicos de especial relevância e interesse que poderão ser mais-valia para roteiros patrimoniais. Naquele número o pedido de integração na Rede de Museus carece de um parecer técnico dos serviços da própria rede, mas no Regulamento não esclarece claramente em nenhum ponto que os serviços técnicos da Rede de Museus apoiem e auxiliem, em termos técnicos e científicos, os espaços museológicos pretendentes a integrarem a Rede de Museus no que concerne à sua adaptação e evolução de forma a estarem em consonância com a correta e moderna museologia. No entanto, cremos que os serviços estarão disponíveis para esta função sempre que solicitados.

----- Esta questão leva-nos de imediato para o artigo 31º sobre a Formação profissional. Parece-nos interessante sempre que a Rede de Museus ou a própria edilidade proporcionem formação, esta seja aberta também a profissionais, ou voluntários de espaços museológicos, do concelho ou mesmo da região, como forma, também, de promoção da Rede Museus e do seu património. -----

----- Chamamos especial atenção para as alíneas do número 2 do artigo 5º cujos objetivos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

são ambiciosos e exigentes, mas muito importantes para as funções dos museus. Teremos todos, cidadãos, associações, instituições públicas e privadas, partidos e membros com responsabilidades políticas a obrigação de arrimar na prossecução destes elevados objetivos. -

----- Salientou-se-nos outro artigo, o 7º, mormente o seu número 2. Deveremos ter na memória que o ainda atual diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, Professor Doutró António Filipe Pimentel, colocou na esfera da discussão pública a ausência de personalidade jurídica dos museus e a sua falta de autonomia. É claro que aquele destacado diretor se refere aos museus nacionais, mas os museus municipais, ainda que dependam em muito das próprias câmaras municipais, deverão começar a pensar, em comunhão com as edilidades, em estratégias e orgânicas que confirmem aquelas duas ideias suprarreferidas. -----

----- Temos algumas dúvidas quanto ao número 5 do artigo 10º, no respeitante à incorporação de novos bens culturais nos museus da Rede dependerem da responsabilidade e aprovação do Presidente da Câmara. Esta situação está diretamente relacionada com o anteriormente registado no artigo 7º. -----

----- Outro ponto que poderá ser reavaliado prende-se com o estabelecido na alínea c) do número 2 do artigo 21º, isto é, a gratuidade aos estabelecimentos de ensino do Concelho de Oliveira do Bairro. Parece-nos parco, pois julgamos que os estabelecimentos de ensino da região, nomeadamente da Bairrada, poderão usufruir de desconto de 50%, na medida em que um dos objetivos e pilares registados no presente regulamento e estatuído nos artigos 5º, 15º, 16º e alínea c) do número 4 do artigo 30º é envolver os jovens estudantes de forma a aproximar e a formar novos públicos. -----

----- Finalmente destacaremos a alínea f) do número 4 do artigo 30º. Neste ponto, todos, mais uma vez, temos a obrigação de promover e contribuir para a comemoração de dias importantes. O Movimento UPOB pensa que a Rede de Museus e a própria Câmara Municipal, através do seu pelouro da cultura, deverão assinalar e/ou apoiar ainda mais dias nacionais



Oliveira do Bairro assembleia municipal

ligados à cultura, à História e ao património e diversificar a sua comemoração. -----

----- Mas também deverão salientar efemérides concelhias, algumas das quais vão passando despercebidas, mas uma cuidada atenção e procura permitirão destacá-las. -----

----- Entenda-se que qualquer uma das referências aos pontos que o Movimento UPOB considera que poderão ser limados não retira qualquer mérito ao documento ora apresentado e que por nós é distinguido por todo o seu mérito. Estas referências são apenas pontos que no futuro poderão ser discutidos e, se assim for entendimento, aperfeiçoados. Parabéns a todos os intervenientes que, de uma forma ou outra, contribuíram para a execução do Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro.” -----

----- RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Parabenizou o Executivo e todos os intervenientes na elaboração do presente Regulamento, que era um passo importante para a preservação da memória e da identidade do Concelho e da Região da Bairrada. -----

----- Relativamente à autonomia das instituições culturais, já referida pelo Membro da Assembleia Paulo Barata, disse saber que seria uma questão política, mas era uma luta que tinha que ser feita no sentido de ganharem autonomia, de não estarem ao dispor daquilo que eram as agendas políticas dos partidos em exercício, tendo noção que era uma luta universal. -----

----- No que diz respeito à integração de outros museus, pareceu-lhe muito bem, sendo abrangente, mas quanto aos critérios de decisão os mesmos podem dificultar a inserção de outros museus. Acrescentou ter conhecimento de várias associações que pretendem criar os seus próprios museus e garantirem a preservação de sua história, sendo de todo o interesse que fizessem parte da Rede de Museus de Oliveira do Bairro. -----

----- Reportando-se ao artigo 8.º do Regulamento no seu ponto 5., que entende por exposição temporária a que se realiza por período igual ou inferior a dois anos, dizendo que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

normalmente se incluía na Rede de Museus, o que se chamava “as galerias”, mas não estava referido no Regulamento a existência de um espaço em que só tivesse exposições temporárias, que achava interessante. Acrescentou que existia uma galeria no edifício da Câmara Municipal, que tem funcionado, mas no edifício do Quartel das Artes, também existia um espaço que tem condições para funcionar como galeria, mas não sabia como tem funcionado. -----

----- No que diz respeito à galeria da cafetaria do Quartel das Artes, questionou como é que eram geridas as exposições na referida galeria, se era da responsabilidade da cafetaria ou da Câmara Municipal.-----

----- Sugeriu que houvesse a possibilidade de integração de galerias nas próprias associações ou em entidades privadas que tenham galerias, mas que só recebam exposições temporárias. -----

----- Foi dado o uso da palavra à Vereadora Lília Ana Águas, para prestar algum esclarecimento que entenda; -----

----- A Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – agradeceu as palavras que foram dirigidas pela elaboração do Regulamento, aproveitando para agradecer também aos técnicos que estiveram na elaboração do documento nomeadamente do Dr. ° Sérgio Dias e a Dr.ª Cristina Calvo e a toda a equipa de Rede de Museus.-----

----- Referiu que quando se elabora um documento do género, é necessário olhar para a Lei e fazer o Regulamento de acordo com a Lei e por vezes aquilo que se pretende não é possível colocar no documento. Disse que tinha havido o cuidado de se fazer um regulamento mais completo possível e adaptado à realidade dos Museus do Concelho. -----

----- Concordou que era uma área que foi descurada no passado, contudo o atual Executivo tem trabalhado muito nessa área, não se espelhando só no papel, mas espelhava-se no dia a dia e nos resultados que se têm obtido. Reportando-se ao Museu da Radiolândia, disse que tinha uma dinâmica diária de visitas e a cada mês que passava o número aumenta.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- No que diz respeito ao Regulamento disse que houve a preocupação de o fazer o mais aberto possível, de forma a que não fique rapidamente desatualizado. Referiu ainda que outro objetivo era a de ter uma perspetiva de cultura de museologia e de reconhecimento do património do Concelho e querer que o mesmo seja reconhecido para além do Concelho -----

----- Sobre as galerias, disse que era verdade que existiam os espaços referidos pelo Membro da Assembleia Ricardo Regalado, mas também há a Cerâmica Rocha que iria ter uma componente de exposição, que iria funcionar em regime de galerias. Quanto ao tempo de duração de dois anos esclareceu que era o tempo limite para um ciclo expositivo, que na sua opinião era demais.-----

----- Relativamente às associações e até particulares que têm um acervo cultural e patrimonial rico e que é passível de ser presente num museu, disse que para ser integrado na Rede de Museus, tinha que estar de acordo com a Lei Quadro dos Museus e depois tem que preencher os requisitos plasmados no Regulamento. Acrescentou que é realizado um protocolo adequado a cada situação e será então exposto.-----

----- Sobre a questão levantada pelo Membro da Assembleia Paulo Barata, sobre a isenção de pagamento de ingresso, aos estabelecimentos de ensino da região de Aveiro, esclareceu que se estava a falar de um Regulamento dos Museus Municipais. Acrescentou que já foram realizados pedidos de várias instituições de fora do Concelho que pretendem visitar os Museus sendo analisados caso a caso.-----

----- Não havendo mais nada a dizer, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação, -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.8 – Análise e Votação da Proposta do Projeto de Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.9 - Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 2.º semestre de 2018**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que o presente relatório era uma descrição de uma parte do relatório de gestão, achando que o relatório de gestão e o relatório de contas era mais rico porque albergava o ano todo e o relatório do Auditor Externo só albergava metade do ano.-----

----- Disse que estaria ao dispor para esclarecer alguma questão que surgisse.-----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir, que fizessem a sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que o presente documento era uma ferramenta de trabalho importante e entrega-lo aos Membros da Assembleia antes da análise do relatório de gestão e do relatório de contas, foi um procedimento correto, devendo manter-se o mesmo.-----

----- Não havendo mais nada a dizer, foi concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos.

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.10-Apreciação e Votação do Relatório de Gestão de 2018, Documentos de Prestação de Contas 2018, Inventário do ano de 2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2018**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que a tentativa efetuada pelo Executivo, foi que o Relatório de Gestão fosse o mais agradável e legível por todos, sendo substancial para que os Membros da Assembleia pudessem apreciar de forma simples o documento. -----

----- Referiu que era um primeiro ano de Executivo, várias eram as circunstâncias esplanadas no Relatório de Gestão, que condicionaram a gestão, os números e os objetivos a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que o Executivo se tinha proposto.-----

----- Deu a palavra aos Líderes dos Grupos Municipais, para que fizessem a sua intervenção;

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – felicitou o Executivo pelo esforço efetuado na alteração da apresentação do documento, quanto à forma o que facilita a análise do documento, porque há mais gráficos e tabelas.-----

----- Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve; -----

----- *“O relatório de gestão e os documentos de prestação de contas refletem opções políticas. É sabido que nos temos oposto a algumas dessas opções, e naturalmente nesta análise procurarei salientar as nossas diferenças. -----*

----- *Uma das nossas preocupações tem sido o aumento da despesa corrente, o valor da despesa corrente apurada para 2018 é a maior de sempre, 11.5 milhões de euros, um aumento de 1.1 milhões de euros face ao ano anterior, e começa a aproximar-se perigosamente daquilo que são as receitas correntes, o que a prazo significa que estamos a limitar a nossa capacidade de realizar investimento porque não conseguimos libertar verbas e também deve ser contextualizado no âmbito das novas transferências de competências para o Município, sendo importante que não venha um saldo negativo para aquilo que é o balanço entre a despesa e a receita corrente. De resto de 2017 para 2018, a despesa corrente aumentou 10.7% (página 17, do Relatório de Gestão de 2018), enquanto a despesa de capital caiu 32.57% (página 17, do Relatório de Gestão de 2018).-----*

----- *As duas principais verbas da despesa corrente dizem respeito a despesas com pessoal e à despesa com aquisição de bens e serviços. E para estas duas rubricas há uma forte contribuição de opções políticas com as quais não nos revemos, desde logo a excessiva contratação de pessoal político, de assessores e consultores. Da análise que fizemos estimamos que esta opção política tem um impacto de pelo menos 220 mil euros no aumento da despesa corrente, o que é obviamente significativo.-----*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Olhando para a receita corrente, e diga-se que se a despesa corrente aumentou 10.7% (página 17, do Relatório de Gestão de 2018) face ao ano anterior, a receita corrente ficou-se por um aumento de apenas 5,44 % (página 13, do Relatório de Gestão de 2018), ou seja a receita corrente tem vindo sistematicamente a crescer menos que a receita corrente, e isto não se alterou com este Executivo, antes pelo contrário, fruto das opções políticas seguidas esta tendência ainda se intensificou mais, vimos que este aumento da receita corrente continua a vir muito da cobrança de impostos, nomeadamente da receita cobrada através do IMI, que aumentou este ano 85 mil euros face ao cobrado no ano passado ($2791 - 2704 = 85$ k), e como não pode aumentar indefinidamente, tem que se acautelar. -----

----- Por isso e deixo-vos aqui um conjunto de preocupações que temos: -----

----- O aumento da despesa corrente não é justificável e é muito penalizador para o município no médio prazo, podendo condicionar a atividade do Município; -----

----- A ação do Executivo ao nível da promoção do desenvolvimento económico tem havido algum esforço, mas tem sido muito reduzido, e ao contrário dos Concelho vizinhos continuamos não ver a instalação de novas empresas, em número significativo, no nosso território. Julgo mesmo que perdemos esta oportunidade pós-Troika, que resultou do facto de ter havido um período muito longo em que praticamente não houve investimento privado e naturalmente com a retoma económica retornou em força, pelo menos numa fase inicial. Tem estava preparado aproveitou, beneficiou grandemente deste investimento, Águeda e Vagos são dois bons exemplos neste aspeto, nós não estávamos preparados e não fomos capazes de fixar algum desse investimento no nosso Concelho. Se há um ano estávamos muito, muito mal nesse aspeto, hoje estamos apenas ligeiramente menos mal, porque aquilo que tem sido feito é muito pouco, porque infelizmente continuamos a privilegiar outros aspetos, para nós secundários, em detrimento da promoção do desenvolvimento económico; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Ao nível da Gestão autárquica não vimos nenhuma melhoria significativa, nos serviços que o Município oferece aos Municípes, ao nível do investimento verifica-se uma quebra significativa e também não se vê que vá alterar a curto prazo.*-----

----- *Por isso a análise que fazemos deste documento e daquilo que foi o primeiro ano completo deste Executivo é naturalmente negativa.*-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que da análise feita aos documentos, considerava importante cumprimentar o Presidente de Executivo por ter introduzido uma nova abordagem sobre a temática. Referiu que normalmente o tipo de documentos e a respetiva análise e discussão acabava sempre por ser algo pesada e profundamente técnica, mas desta vez tinha sido perceptível a leitura que fez aos documentos e particularmente à interpretação que o Presidente do Executivo tinha feito das contas, quer no próprio documento, quer na comunicação social, o qual tinha feito uma leitura e abordagem mais ligeira, descontraída e até divertida.-----

----- *Afirmou que iria seguir a mesma linha de orientação, fazendo a sua leitura do documento dentro dessas premissas.*-----

----- *Entregou a sua intervenção por escrito, a qual se transcreve;*-----

----- *“As prestações de contas do Município traduzem, através dos documentos que a compõem, as opções políticas adotadas durante o ano, cabendo a esta Assembleia Municipal a sua apreciação e votação.*-----

----- *Estando a escrutínio, das bancadas eleitas que sustentam esta assembleia, as opções políticas na Educação, na Saúde, na Cultura, no Desporto, no apoio ao Associativismo, na Ação Social, a nas opções de investimento realizadas com um objetivo último: O crescimento e o desenvolvimento do município.*-----

----- *Neste sentido entendermos ser muito redutor, por parte do Executivo Municipal, apenas referir alguns resultados financeiros alcançados para descrever as opções políticas assumidas*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

no ano em análise.-----

----- Mesmo essa análise deverá ser feita enquadrada com as opções políticas adotadas.--

----- Senão vejamos: -----

----- Ter um resultado líquido positivo de cerca de 500 mil euros, por si só, não será sinónimo de uma gestão positiva e potenciadora de mais valias para os nossos munícipes, sobretudo se entendermos que este resultado líquido positivo foi conseguido através de resultados extraordinários, porque só os proveitos extraordinários foram mais de 1 milhão e 100 mil euros. Portanto se assim não fosse o Município teria um prejuízo de 122 mil euros. -----

----- A sua gestão levou a que o Município tenha apenas resultados positivos, fruto de situações extraordinárias. -----

----- Se bem se lembram, no ano anterior os resultados foram negativos sobretudo porque o anterior Executivo transferiu para a Freguesia de Oiã o edifício da Junta de Freguesia e auditório, esse sim facto de relevância extraordinária. Naturalmente que a culpa é da pesada herança ou então é da ADRA. -----

----- O investimento que existe já vinha do Executivo anterior, com financiamento comunitário garantido e ainda assim com uma estranha e significativa demora na sua concretização. -----

----- Entendemos ainda bastante redutor assumir como grande bandeira da gestão deste Executivo a redução do endividamento Municipal em cerca de 2 milhões de euros, sem esclarecer que cerca de 1 milhão desses dois milhões de redução não resultam de nenhuma ação do executivo do CDS/PP, mas antes do plano de amortizações previamente contratualizado, exatamente como já acontecia em executivos anteriores, numa prática de gestão financeira corrente a qualquer município. -----

----- Fazer deste facto bandeira e motivo de regozijo é apenas sinal de pouca obra. -----

----- Importa ainda referir que no ano de 2018 o Município optou por não utilizar a capacidade



Oliveira do Bairro assembleia municipal

de endividamento existente, superior a 3 milhões de euros opção política decisiva deste executivo para ter conseguido o pior desempenho nos últimos 20 anos no que ao investimento concretizado. -----

----- Outro fator determinante na dita redução do endividamento Municipal é o facto da redução em cerca de 800 mil euros ser referente a redução da dívida a fornecedores de imobilizado e das cauções de empreitadas que, além de serem mais uma evidência da falta de investimento, ao se refletirem na redução do endividamento, são uma consequência técnica e não o resultado de iniciativas e de proactividade estratégica do Executivo do CDS. -----

----- Portanto, por vossa iniciativa estratégica e proactiva a redução real é de cerca de 200 mil euros de dívida a fornecedores que poderá muito bem ser interpretada como o resultado da diminuição das obras de proximidade, e claro já se sabe a culpa disto tudo é da pesada herança e da ADRA. -----

----- Depois avançamos com outra suposta grande parangona: 500 mil euros de resultado líquido ... ora 500 mil euros de resultado líquido fazendo ...nada de estrutural... -----

----- Só a título de curiosidade, sem querer comparar (porque nós fizemos obra) no ano de 2006, primeiro ano completo de gestão do PSD, reduzimos a dívida a terceiros de curto prazo em mais de 1 milhão de euros e apresentámos um resultado líquido de mais de três milhões de euros e isto num ano, por exemplo, em que iniciamos a requalificação de todas as antigas escolas primárias e concluímos o espaço inovação. -----

----- Pronto os senhores requalificaram o carnaval e fizeram uns regulamentos e, não menos importante, a deslocalização do ensino articulado. -----

----- O Senhor Presidente, apresentou um saldo de gerência de cerca 1 milhão de euros a transitar para o exercício seguinte, valor que fica disponível para investimento... -----

----- A pergunta é porque será que não o investiu neste ano, onde precisamente existiu uma redução no investimento de cerca de 1 milhão de euros? -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Mais... Numa despesa global superior a 15 milhões de euros, apenas 2 milhões foram afetos a investimento.* -----

Depois... depois temos ainda a famigerada taxa de execução superior a 80% e esta de facto teve muita piada. -----

----- *O que faltou dizer é que a despesa total orçamentada foi de mais 18 milhões de euros e onde o investimento pago foi de apenas 2 milhões de euros que representa apenas 11% do orçamento total da despesa.* -----

----- *Portanto o grosso esmagador da execução é despesa corrente e transferências e assim sendo, este valor de taxa de execução é sofrível...* -----

----- *Se preferirem, numa linguagem simples, para quem fez tão pouco investimento é natural, quase obrigatório que a taxa de execução atinja estes valores, talvez devesse ser mesmo superior, tenho até receio que reduzam o investimento a zero para assim atingir os 100% de taxa de execução e, a avaliar por estes resultados, acho que nem assim...* -----

----- *Depois, depois andaram um ano a falar que estavam a gastar menos que o PSD e o que consta neste documento assinado pelo Senhor Presidente é precisamente o contrário, a despesa corrente aumentou em cerca de 1 milhão de euros, exatamente o mesmo valor que reduziu no investimento.* -----

----- *Compensar o aumento de despesa corrente com a redução no investimento estrutural, além de ser uma estratégia de gestão perigosa e errada nunca poderá contar com o nosso apoio pois caminhamos a passos largos para que o investimento em Oliveira do Bairro se reduza ao crédito bancário já que não podemos aumentar mais os impostos e taxas municipais.* -----

----- *Termino com um outro número que o senhor presidente não referiu, estas contas deixam de forma clara e inequívoca que as verbas transferidas para as nossas associações e instituições sem fins lucrativos tiveram uma redução de 1 milhão e 200 mil euros..., mas pronto temos um regulamento...* -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Mas a culpa é da pesada herança e da ADRA, argumentos que se ouvem há um ano nesta Assembleia sempre que há uma crítica e não há argumentos. Espero sinceramente que este Executivo não fica cá muitos anos senão, havemos de ser todos velhinhos e o maroto do Membro da Bancada do PSD, Carlos Ferreira de bengala, ainda vai ser chamado à atenção muitas vezes por causa da pesada herança e da ADRA. -----

----- Essa questão vai ter a sua oportunidade de ser esclarecida, antes do Carlos Ferreira andar de bengala. -----

----- Concluindo a Bancada do PSD irá votar contra porque não podemos aprovar um executivo de gestão corrente, sem visão, sem estratégia na capacidade de gestão pública que permita gerir a despesa corrente e o investimento de forma equilibrada e pior, opta estrategicamente por sacrificar o investimento estrutural em função da mera despesa corrente que ficará sempre perdida na espuma dos dias... -----

----- Apresenta uma taxa de execução de 80% que não são mais que a espuma dos dias feita festas e carnaval e onde apenas 10% desses 80% são de esperança e futuro feito investimento ... -----

----- Poderia haver esperança nos remanescentes 20% ... mas esse são não executados.”

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que não estava para falar da pesada herança nem da ADRA, mas já que a porta tinha sido aberta, esclareceu que o Presidente da Câmara, na gestão que teve, tinha conseguido libertar quase um milhão de euros para investimento e o Líder de Bancada do PSD, vem queixar-se que não há investimento e depois vem dizer que o Executivo diz que a culpa é da pesada herança e da ADRA. -----

----- Disse que da pesada herança não iria falar, porque a herança veio do PSD, mas da ADRA afirmou que acusava o PSD, porque se a água e o saneamento não tivessem sido vendidos, havia dinheiro, na vez de se ter um milhão libertado para investimento, o valor seria muito superior, não havendo necessidade de se esperar pelos empréstimos, oportunidades de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

investimento do BEI e de candidaturas ao Portugal 2020. Acrescentou que não teriam que adaptar e racionalizar uma série de candidaturas e orientar os projetos para aquilo que é realmente eficaz, não teriam que fazer negociações com entidades externas e conseguir que as mesmas também fizessem investimento, paralelamente aos investimentos que o Município vai fazendo, como foi conseguido pelo Presidente da Câmara com a ADRA e com a EDP.-----

----- Disse achar estranho ter sido dito que só 10% era prospetivado na esperança do futuro, mas se olharem para a rúbrica da energia, que contempla os investimentos nas zonas industriais e invariavelmente andava nos cinquenta mil atualmente estava nos duzentos mil euros, porque o Executivo está a investir nas zonas industriais, e se calhar até podia ser mais, mas a água foi vendida, estando amarrados por mais quarenta e dois anos e aí sim, quando acabar o contrato com a ADRA o Membro da Assembleia Carlos Ferreira há-de vir de bengala dizer que realmente tinham razão, porque andaram cinquenta anos sem investimento. -----

----- Referiu que se pensassem ao nível de gestão que o dinheiro que a água e o saneamento poderia trazer ao Município, o libertamento de fundos para investimento, o Membro da Assembleia Carlos Ferreira poderia vir dizer que se tinha andado a esbanjar cinquenta milhões de euros de investimento durante todo o período. Referiu ainda que tinha sido investimento no futuro, durante cinquenta anos, que foi vendido. -----

----- Mencionou que o Líder de Bancada do PSD tinha referido que o Executivo tinha reduzido o indevidamente em cerca de dois milhões de euros e um milhão deles eram os compromissos que se tem com o pagamento dos empréstimos, mas tinha-se esquecido de dizer, que para além desse milhão, foi reduzido o outro milhão pela boa gestão do Presidente da Câmara. Também foi referido que a taxa de execução da receita e da despesa, era uma boa taxa, mas disse que gostaria que a taxa de execução do PPI fosse muito superior, mas a água tinha sido vendida e os empréstimos ainda não tinham sido visados, para se começar a investir não havendo dinheiro disponível para investimento. -----

----- Mais disse que o Líder de bancada do PSD também se tinha esquecido de referir que o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Presidente da Câmara e a sua gestão, tinha permitido que se passasse de 31 de dezembro para 1 de janeiro, sem pagamentos em atraso e anteriormente não se verificava isso, porque havia forma de dar volta à situação, colocando as faturas apenas quando houvesse dinheiro para pagamento. Querendo enaltecer o trabalho dos técnicos da área financeira, pela clareza nunca vista num relatório de gestão e na prestação de contas, porque mesmo as pessoas mais leigas no assunto conseguem perceber a evolução dos números.-----

----- Reportando-se à intervenção do Líder de Bancada do UPOB Armando Humberto, quando fez referência à transferência de competências para os Municípios, disse que era um assunto que preocupava porque iria trazer mais despesa corrente, no que respeita à receita corrente era muito dúbio, porque uma das razões pela qual se tem estado a não aceitar as transferências de competências era precisamente a incerteza quanto à parte financeira. Acrescentou que se há queixas que se aumentou a despesa com o pessoal, ainda iria aumentar mais, porque as competências são de tal modo específicas que obrigarão à contratação de pessoal especializado em algumas áreas. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – informou que uma vez já constituída a Comissão de Acompanhamento Orçamental, não iria apresentar qualquer relatório, conforme o estipulado no Regimento da Assembleia Municipal, porque não tinha sido possível reunir com todos os Membros que compõem a Comissão, dava a palavra ao Membro da Comissão de Acompanhamento Orçamental Acácio Oliveira, para fazer uma breve abordagem daquilo que tinha sido discutido na referida Comissão.

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – confirmou que não se tinha conseguido elaborar um relatório, por não haver quórum nas reuniões da Comissão de Acompanhamento Orçamental, no entanto foram feitos alguns apontamentos que não eram muito diferentes daquilo que aparece no Relatório de Gestão, no que respeita à prestação de contas. -----

----- Disse que de uma forma resumida, se podia constatar que o resultado líquido apurado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

do exercício de 2018, foi de 466.181,32 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e um euros e trinta e dois cêntimos), as reservas legais de 5%, no montante de 23.309,07 € (vinte e três mil, trezentos e nove euros e sete cêntimos), e o resultado transitado 442.872,25 € (quatrocentos vinte e dois mil, oitocentos e setenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos), portanto o saldo de gerência que fica para o investimento do exercício é de 986.339,54 € (novecentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos). -----

----- No que diz respeito ao grau de execução orçamenta da receita tinha sido de 86,83% atualmente e no ano de 2017 tinha sido de 73,52%. -----

----- Relativamente à despesa foi de 81,71% e no ano de 2017 tinha sido de 71,79%. -----

----- Referiu que se tinha verificado que o principio da equidade se encontrava cumprido, mas o futuro traria algumas incertezas e tendo em conta as amortizações, sendo que as receitas correntes estavam a ser consumidas em despesas correntes, havia por isso algumas questões que deixavam preocupação. -----

----- No que diz respeito às regras e ao equilíbrio orçamental, fez referência ao artigo 40.º da Lei 51/2018 de 18 de agosto, que todos deviam ter conhecimento, passando a ler a mesma. ----

----- No que respeita à receita disse que a redução da receita total, devido à redução da receita de capital e baixa de IMI. -----

----- Quanto à despesa disse ter havido um aumento da despesa corrente, devido a: -----

----- Despesa com pessoal em 33,29% da receita total; -----

----- Despesas com transportes subiu para 700.000,00 € (setecentos mil euros) relativo a 2017/2018, -----

----- Abertura da Extensão Frei Gil 230.000,00 € (duzentos e trinta mil euros); -----

----- Despesas pagas relativas ao ano de 2017 200.000,00€ (duzentos mil euros); -----

----- Devolução de taxas de fundos, 244.201,94 € (duzentos e quarenta e quatro mil,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

duzentos e um euros e noventa e quatro cêntimos); -----

----- Aumento da aquisição de bens de capital, terrenos para as zonas industriais, construção e reparação de edifícios municipais e escolares, diminuição das despesas com juros e passivos financeiros.-----

----- Relativamente à evolução da despesa, houve correções de situações do passado, recuperação do prazo médio de pagamento, liquidação de um passivo elevado, redução do mesmo em 2.200.000,00 € (dois milhões e duzentos mil euros), com fornecedores e compromissos assumidos, mas não pagos no anterior Executivo.-----

----- Disse ter havido recuperação dos valores positivos de resultados líquidos do exercício.

----- Mais disse que a taxa de execução das Grandes Opções do Plano foi de 69,52%, no ano de 2017 foi de 59,98% e em 2016 foi de 70,46%.-----

----- Relativamente ao PPI disse que a taxa de execução tinha sido de 50,84%, no ano de 2017 foi de 42,68% e no ano de 2016 foi de 47,39%.-----

----- Sobre o PAM referiu que a taxa de execução foi de 87,60€, no ano de 2017 foi de 83,10% e no ano de 2016 foi de 89,46%.-----

----- Referiu ter havido melhoria dos rácios, patrimoniais, liquidez geral, solvabilidade, aumento da rentabilidade do ativo, ou seja, o limite da dívida total está dentro das obrigações legais, isto é, não excede em 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 anos anteriores.-----

----- Como notas finais elaboradas pela presidente da Comissão de Acompanhamento Orçamental e por si próprio disse que e passou a citar:-----

----- *“Cumprimento e melhoria dos limites legais da dívida (n.º 1, artigo 52, lei 73/2013),*

----- *Níveis da execução orçamental, GOP, PPI e PAM;*-----

----- *Redução do endividamento municipal;*-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- *Inexistência de pagamentos em atraso e redução do prazo médio de pagamento;* -----

----- *Melhoria dos principais rácios de gestão.* -----

----- Disse que aproveitava para deixar o seu parecer de que este executivo não se deixe submeter ao “fascínio dos números” apresentados neste relatório de gestão e que acorde para os alertas do ROC, nomeadamente para a “constituição de Provisões” para os processos Judiciais, retribuições devidas ao Município pela ADRA e os custos com pessoal e fornecimento de serviços externos, de forma a que a despesa corrente não se agrave ainda mais.-----

----- Informou que tinham sido entregues à Comissão de Acompanhamento Orçamental dois mapas com o centro de custos com a Educação no Município (Execução com Frei Gil e sem Frei Gil), os quais refletem os custos com a educação, mas só com o contrato interadministrativo, devendo estes mapas serem otimizados e esclarecedores relativamente a toda a Educação no Município. -----

----- Disse aguardarem que o mesmo venha a acontecer em relação ao Quartes das Artes “Dr. Alípio Sol”, que fosse criado um novo centro de custos, para essa infraestrutura. -----

----- Mais disse que tecendo algumas considerações à Revisão orçamental a mesma servia essencialmente para a incorporação no orçamento de 2019 do saldo apurado no exercício 2018 de 986.339,54 € (novecentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos), para a inclusão na receita dos empréstimos a longo prazo contratualizado no valor de cerca de 3 milhões de euros. O Orçamento, depois da revisão, passa para 22.473.454,00€ (vinte e dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros), superior em 3.722.614,00€ (três milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e catorze euros). -----

----- Foi aberto o período de discussão do ponto, informando os Membros da Assembleia que pretendessem intervir que se inscrevessem, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos;

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os



Oliveira do Bairro assembleia municipal

presentes; -----

----- Relativamente aos prazos de pagamento, informou que no ano de 2017 o prazo de pagamento do Município de Oliveira do Bairro tinha sido de 36 dias e tudo o resto que foi dito pelo Líder de Bancada do CDS, sobre a forma deve estar tudo legal, porque se não estivesse o Revisor teria detetado. Acrescentou que não ficava bem vir insinuar esse tipo de situações, até porque era uma situação que estava sujeita ao Revisor Oficial de Contas.-----

----- Sobre o negócio da água tantas vezes referido, servindo sempre de justificação para qualquer coisa levantada pela Câmara Municipal, mas a verdade era que os Municípios de Águeda e Vagos, também venderam a água, esclarecendo que não foi vendida, mas sim concessionada e sobre isso recaiu um valor, estando todos à espera, há já algum tempo, que venha novamente à Assembleia o EVF, para se precisar e acompanhar o negócio da água.-----

----- Disse que as contas feitas pelo Líder de Bancada do CDS André Chambel, tinham uma imprecisão, porque o Município tinha que estar a investir na renovação das redes de água, a investir na redução das quebras de água na rede, que em Oliveira do Bairro eram enormes e atrevia-se a dizer que os caudais analisados na altura em nada têm a ver com a atualidade, porque as pessoas poupam água em Oliveira do Bairro.-----

----- Afirmou que a questão de o Município não ter capacidade de investimento, fruto do negócio da água, era uma falsa questão porque vê Municípios vizinhos com uma pujança a nível de investimento muito superior. Acrescentou que se lhe dissessem que no passado deveriam ter iniciado o investimento nas zonas industriais, terem assumido a capacidade de investimento no último mandato, que não foi assumido, aí concordava, porque outros Municípios fizeram-no. Referiu também que o anterior Presidente não o fez, porque como bom gestor que é, não quis deixar a Câmara endividada para o seu sucessor, como a tinha recebido.-----

----- Acrescentou que a crítica feita pelo PSD era só uma, e também partilhada pelo UPOB, é que tem se que inverter o ciclo. Recordou que todos tinham assumido e bem aumentar a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

despesa corrente, fruto da abertura da Extensão Frei Gil, mas todos estavam à espera que da parte do Executivo existisse um trabalho de analisar onde é que poderia cortar mais nas despesas e não tinha sido isso que tinha acontecido, porque as despesas aumentaram em um milhão de euros.

----- Referiu que a despesa corrente aumentou na mesma proporção que a redução da despesa de investimento e isso é que era grave. -----

----- Disse que num cenário em que não se podia aumentar mais os impostos, não podendo estar à espera dos empréstimos nem dos quadros comunitários, tem que ser feito o trabalho de casa e não fazer um ato de gestão à espera que os quadros comunitários abram os seus concursos e estar à espera de uma capacidade de endividamento que até nisso se tinha atrasado.

----- Recordou que num orçamento que foi executado de quinze milhões de despesa global, de investimento foram executados dois milhões e essa tendência tinha que ser invertida, se calhar teria que se fazer menos festas, porque se nada for feito, não sabia a que rumo o Município de Oliveira do Bairro ia chegar. Acrescentou que para o próximo ano faria a análise do documento sem o valor do empréstimo querendo ver qual o valor efetivo de investimento que se iria realizar, tendo quase a certeza que seria menos de dois milhões de euros, ou então iria dar os parabéns ao Presidente da Câmara porque tinha invertido a situação. -----

----- Afirmou que se contivesse a despesa corrente e que se fizesse um esforço para manter os níveis de investimento no Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Referiu que a aposta que se estava a fazer nas zonas industriais era correta, mas em simultâneo deveria apostar também no turismo sendo uma área fundamental. Deu o exemplo do Município de Aveiro que tinha recebido uma fatia de transferência do Estado, foi devido ao IVA do turismo que tinha subido de uma forma exponencial, o que permitiria que o Município de Oliveira do Bairro, viesse a ganhar na variação dos 5% das transferências que eram devidas aos outros Municípios. Acrescentou que o Concelho de Oliveira do Bairro, tinha um património natural invejável que deve ser potenciado ao nível do turismo, passando por criar redes de turismo fortes, nem que para isso o Município tenha que fazer algum esforço que será retribuído. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** – disse que não podia deixar de realçar que a importância dos documentos em discussão, fossem analisados numa segunda reunião, ainda mais quando já se sabia que o próprio Presidente da Assembleia Municipal, não iria estar presente na reunião. Afirmou que se deveria levar a sério o que era sério e não se devem deixar levar eventualmente por pressões, para assuntos de menos importância, na sua opinião, nomeadamente questões familiares se sobreponham a uma questão de apresentação de contas. -----

----- Acrescentou que no futuro a Mesa deveria ter algum cuidado, porque o órgão tinha que ser representado e dignificado.-----

----- Relativamente ao documento, disse que ao analisar a lista de funcionários, com autorização de acumulação de funções, questionou se estavam verificadas as condições de salvaguarda dos interesses do Município nas autorizações concedidas. Questionou também se existia regulamento interno de análise e acompanhamento, para evitar situações não decorrentes dos normativos legais, referindo-se nomeadamente à verificação das regras explicitadas nos artigos 22.º e 24.º da Lei 35/2014, aos funcionários que acumulam a função de gerente de empresa privada.-----

----- Disse salvaguardar que nada tinha contra as pessoas que trabalham, apenas lhe parecia que a gerência era um ato contínuo, que sendo ou não remunerado vinculava e responsabilizava o detentor da função de forma permanente, perante funcionários e terceiros.--

----- Disse ainda que o Presidente da Câmara poderá ficar tentado a responder que as autorizações foram dadas pelo seu antecessor e que caberia a ele verificar tal situação, mas sobre isso e decorrente do artigo 23.º da referida Lei é referido que a autorização é dada pelo dirigente e tendo mudado de dirigente não via porque não se pudesse iniciar novo processo, em caso de dúvidas e devidamente fundamentado.-----

----- Afirmou que o seu único interesse era a salvaguarda do Município, reiterando que nada



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tinha contra as pessoas que estavam em acumulação de funções.-----

----- No que diz respeito às contas, realçou a forma como as mesmas tinham sido apresentadas, com gráficos auxiliares, com cores que facilitam a perceção e com alguns rácios que facilitam uma análise dinâmica. Realçou ainda que sempre que o Executivo ouvia os demais interessados, os documentos e os projetos vão sendo melhorados, sendo o caso do orçamento como também foi o caso dos regulamentos.-----

----- Dirigi os parabéns ao Presidente da Câmara porque o relatório e o parecer do ROC estavam significativamente melhor.-----

----- Disse saber que uma das vantagens e ao mesmo tempo inconvenientes da contabilidade era o mesmo tipo de rendimento ou custo, poder estar corretamente evidenciado em diferentes rubricas do balanço, o que obrigava a um elevado rigor na questão da análise que se efetua dos mesmos. Questionou a que se referia a rubrica de trabalhos especializados no valor de 1.783.524,10 € (um milhão setecentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro euros e dez cêntimos) que se encontra em aquisição de bens e serviços.-----

----- Lembrou que o valor referido representava cerca de 32% da rubrica de aquisição e serviços e seria tão mais importante ouvir um esclarecimento claro, concreto e preciso porquanto o valor de contratos externos, representava 35,07% da rubrica despesas com pessoal afeto ao quadro da Câmara Municipal.-----

----- Afirmou que seria mesmo essencial aferir o destino da verba referida, em anos que não existem grandes projetos, candidaturas ou obras, sob pena de se concluir de forma clara e inequívoca que a exorbitância se referia a assessorias ou contratados, de consultadoria, de comunicação, imagem, marketing ou ainda o correspondente a mão de obra para festas.-----

----- Disse que eram duas rubricas, que eram uma aposta clara da politica do atual Executivo, mas claramente não traziam o tão necessário e desejado investimento com retorno para o Concelho.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que ainda do ponto de vista dos custos, recorria ao parecer do ROC para aferir que não estava assegurado de forma inequívoca que o relatório de património municipal incluía a quantidade dos bens e pelos valores adequados, pelo que, a mensuração das amortizações poderia não estar totalmente evidenciada, originando uma análise errónea no que respeita aos resultados do exercício, porquanto poderiam existir custos não mencionados na demonstração, que iriam influenciar o resultado final para menos. -----

----- Lembrou que claramente o resultado do exercício estava totalmente influenciado por receitas extraordinárias que ocorreram, mas poderia não voltar a acontecer o que na atividade normal, deixaria um saldo de exercício francamente negativo. -----

----- Disse que era urgente que se tomasse as rédeas para reverter a situação e todos estavam disponíveis para ajudar, como já tinha sido expresso por ambas as Bancadas UPOB e PSD. Acrescentou que o mandato estava quase a meio, estando por isso na altura de o Presidente da Câmara mostrar ao que tinha vindo e de demonstrar ao Concelho o que tinha ganho em o ter elegido, porque a boa vontade por si só não bastava. -----

----- Acrescentou que os munícipes esperavam que o Executivo ficasse mais perto da resolução dos prementes problemas estruturais e estruturantes do Concelho. Sugeriu que se abandonasse as despesas supérfluas, os custos não produtivos, que se concentrassem em projetos aglutinadores que alavanquem o Município para o desenvolvimento há tanto tempo esperado, não se refugiando na concretização dos projetos do antecessor, porque o Concelho merecia melhor. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que ainda bem que tinha falado da pesado herança e da ADRA e referindo-se ao Líder de Bancada do CDS que tinha afirmado que não era para falar sobre o assunto, não falou de outra coisa durante a sua intervenção. -----

----- Acrescentou que o mesmo, ou não tinha nada para dizer, o que seria normal porque



Oliveira do Bairro assembleia municipal

não havia muito que se pudesse dizer de positivo sobre os documentos, ou então era mesmo sobre a pesada herança e a ADRA que vinha falar.-----

----- Sublinhou o elevado nível de coerência entre o Executivo Municipal e o seu Líder de bancada, porque o Executivo fez pouco e o Líder de Bancada não disse nada, mas também eram solidários porque falam do passado.-----

----- Disse que era da opinião que se tinha mesmo que mudar de Executivo, porque a avaliar pelo que foi dito pelo seu Líder de Bancada, não havia esperança porque não havia capacidade de resposta positiva para ultrapassar as dificuldades e os constrangimentos, portanto há que arranjar quem tenha, capacidade, visão e competência para se deixar de queixinhas e desculpas e apresentar soluções que era precisamente o que os Executivos anteriores ao atual, tinham feito.-----

----- Referiu que tirando a conclusão daquilo que se ouve do Líder de Bancada do CDS e do Executivo, a grande força de argumentação era basicamente “*nós não conseguimos por causa do Executivo anterior*”. Questionou se tinha sido para isso que tinham sido eleitos os senhores que estavam a governar o Concelho.-----

----- Recordou que o PSD, com os constrangimentos e as dificuldades tidas na altura, tinha conseguido, apesar de se poder discutir opções, mas houve uma linha norteadora, foi feito investimento. Acrescentou que a maior crítica que tem sido feita ao atual Executivo é que se quer mais arrojo, mais clareza, mais determinação e perceber-se exatamente qual o caminho. -----

----- Questionou quantos registos existiam de falta de água nas torneiras ou de água turva, desde que estavam no Executivo, porque essas situações existiam. Questionou também, quem é que iria fazer a renovação e o que falta fazer, da rede de água do Município. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – referiu que no ponto seguinte se iria votar um documento que finalmente iria permitir à Câmara Municipal, começar a investir, porque até à data, tem-se estado às custas, primeiro da falta de libertação de verbas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

porque a água tinha sido vendida e segundo, devido à pesada herança deixada pelo PSD. ----

----- Deu nota que, se olhassem para a página 17 do documento do Relatório de Gestão, podiam verificar que devido à pesada herança, tiveram que pagar em transportes 700.000,00 € (setecentos mil euros), porque tinham deixado fechar o IPS, tiveram que pagar 230.000,00 € (duzentos e trinta mil euros), pela reativação e abertura da Extensão Frei Gil, tiveram que pagar 200.000,00 € (duzentos mil euros), de despesas de eletricidade do ano de 2017, que não estavam devidamente contabilizadas, estavam de devolver o valor de taxas mal cobradas à NOS e a fazer a devolução de fundos comunitários, por má execução de projetos. Acrescentou que não venham dizer que não houve herança e que a mesma não foi pesada. -----

----- Disse que cada vez tinha mais dúvidas relativamente à boa gestão do anterior Presidente da Câmara, entendendo que o mesmo quisesse sair com as contas pagas, nomeadamente adquirir veículos de cerca de duzentos mil euros a pronto pagamento. -----

----- Mais disse que quando o Membro da Assembleia Carlos Ferreira vem falar relativamente à ADRA e que não se podia fazer investimentos na renovação da infraestrutura, tinha sido uma das justificações dadas pelo Presidente da Câmara na altura, e que tinha concordado em parte, porque era dito que não seria possível fazer a renovação de infraestruturas, mas atualmente verificava que não era bem assim porque o Município de Anadia continuava a renovar as suas infraestruturas e não vendeu a água. -----

----- Fez referência a uma página sobre Oliveira do Bairro, no facebook, onde tinha sido feito um post a questionar o que é que as pessoas gostavam de ter em Oliveira do Bairro e quase todas as respostas eram no sentido de ter a água mais barata. Referiu ainda que só de taxas a ADRA cobra cerca de dezasseis euros, fora o consumo realizado por uma família. -----

----- Disse que o Membro da Assembleia Carlos Ferreira tinha referido que ainda faltava vir à Assembleia o novo Estudo de Viabilidade Financeira, estando todos a aguardar o documento, para ser analisado, mas tem que se assumir que tinha sido um mau negócio. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Quanto ao que foi dito de o Executivo estar a hipotecar o futuro e de não ter perspetiva disse que não era verdade porque nos últimos doze anos investia-se na economia cerca de sessenta mil euros só num ano, e o atual Executivo só num ano triplicou o investimento e vão continuar a fazê-lo, porque o empréstimo que se tinha feito à banca a médio e longo prazo que poderá ser usado, logo que tenha o visto do Tribunal de Contas, era para isso, para investir no futuro.-----

----- Recordou que o anterior Executivo fazia candidaturas com taxas de comparticipação miseráveis, sabendo que o bolo financeiro que podia vir da CCDR no âmbito do FEDER era limitado e teve que ser o atual Presidente da Câmara, a ter de tomar opções para maximizar as taxas, entrar em acordo com as outras entidades, como a EDP e a ADRA para que pagassem elas próprias as obras necessárias para as PARU, que o Município estava a levar a efeito. -----

----- Lembrou que só para a obra da Fernando Peixinho o Presidente da Câmara, renegociou e foi buscar mais comparticipação, porque num investimento de um milhão e meio de euros só quinhentos mil eram comparticipados. -----

----- Referiu que o Membro da Assembleia Carlos Ferreira disse que tinham diminuído em investimento cerca de um milhão naquilo que aumentaram em despesa, mas esclareceu que era despesa extraordinária, que atrás tinha referido, dos transportes, a abertura da Extensão Frei Gil, o pagamento à EDP e a devolução de taxas e fundos comunitários que iriam continuar a devolver no presente ano. Acrescentou que a pesada herança começava a ficar menos pesada, mas enquanto não fossem limpas todas as ervas daninhas, ela ainda se mantinha. -----

----- Deu nota que brevemente iriam ter três milhões de euros disponíveis para fazer investimento na economia, coisa que o PSD nunca fez. Referiu que para além do investimento na cultura, no edifício do Quartel das Artes o único investimento de grande monta que foi feito pelo anterior Executivo, no que toca à economia foi pagar a conta do Espaço Inovação, tendo em conta que a Alameda foi uma obra de requalificação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Recordou que sempre tinha sido dito pelo Presidente da Câmara que a aposta do atual Executivo era no crescimento económico, nas zonas industriais para trazer mais emprego e isso estava a ser feito, por isso que não dissessem que não estavam a trabalhar para o futuro. -----

----- Afirmou que sempre que for dito que o Município não estava a investir o que devia, vão ouvir como resposta que o PSD vendeu a água. -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -

----- Afirmou que a página estava a ser virada e daí a inquietude e também porque as opções políticas adotadas até à data não eram muito de acordo com a oposição. -----

----- Recordou que no ano de 2015, tinha havido um reforço de verba a meio ano de cerca de quinhentos mil euros para energia, e a situação tinha-o inquietado na altura, mas agora já sabia porquê, conseguindo também responder ao Membro da Assembleia Carlos Ferreira que havia pareceres de TOC que não eram realidade, porque efetivamente há faturas que não entram na contabilidade e o TOC não vai ver o que está na gaveta, ou seja contabilisticamente essas faturas não existem, mas estão na gaveta e no caso da energia o Município de Oliveira do Bairro, tinha-se financiado em meio milhão de euros, não foi à banca mas foi à EDP. -----

----- Afirmou que por causa de situações dessas, todos se queixam do preço da energia, porque se todos os Municípios fizerem o mesmo, quanto é que a EDP teria de passivo nos Municípios, depois queixam-se da energia cara. -----

----- Referiu que o Município está a tentar colocar as contas em dia, deixando de ter uma tesouraria de gestão financeira, para ter uma tesouraria de gestão matemática, com faturas a entrarem no momento que chegam e pagas o mais rápido possível e era isso que devia ser feito para se ter capacidade de libertar verba para fazer investimentos. -----

----- Afirmou que também não era no espaço de num ano que os investimentos apareciam, havendo necessidade de se fazer um planeamento, dando o exemplo da requalificação da estrada nacional que liga Vila Verde a Bustos, tantas vezes solicitada, mas não era só colocar o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tapete, tem que haver um estudo para as águas pluviais, passeios e tudo demora o seu tempo, se se quiser fazer o trabalho bem feito.-----

----- Referiu que quando se pensa no futuro do Município deve ser pensado a longo prazo e os projetos devem ser estruturantes, mas as coisas não nascem no imediato. Concorda que efetivamente ainda não se tenha investido muito, ainda só foram adquiridos terrenos para o alargamento das zonas industriais. -----

----- Sobre as questões de aumento de pessoal, disse que se deveu ao facto de o Município ter que incorporar precários. -----

----- Afirmou que tinha que se captar investimento externo, que para si não passava pelo turismo, mas sim pela fixação de famílias e aí deve ser feita a aposta. Referiu que o Concelho tem zonas industriais que estão a ser aumentadas, mas que poderão trazer um problema social futuro, caso uma grande empresa encerre a sua laboração, há muitas pessoas e famílias a ficarem no desemprego e por isso era apologista de zonas industriais mais técnicas, com pequenas empresas, com salários mais elevados e não apenas de monofatura, talvez se pudesse ter qualidade de vida no Município. -----

----- Sobre o Balanço disse que ia na linha do seu pensamento que era a redução dos empréstimos, nas dívidas a fornecedores e a credores que se tem vindo a reduzir drasticamente, as faturas existentes, mas não contabilizadas. Referiu que se estava a libertar verbas e depois dessa libertação os investimentos poderão começar a ser feitos, quando o Executivo achar mais oportuno. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que pudesse prestar os esclarecimentos suscitados, se assim o entendesse;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que iria explicar como funcionava uma gestão orçamental, contabilística e o que era a contabilidade numa Câmara Municipal.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Propôs que todos imaginassem que entravam numa sociedade para trabalhar e um dos sócios diz que estava tudo em andamento, que não deviam nada a fornecedores, mas já tinha combinado com os fornecedores para não enviarem as faturas até entrar o novo sócio. Acrescentou que depois, se começava a verificar que havia faturas que estavam a pagamento, outras devolvidas porque discordância dos timings de faturação no valor que duzentos mil euros. No que respeita aos transportes, os mesmos foram faturas e pagos em abril. -----

----- Deu nota de outro cenário em que havia dívida a um fornecedor, mas tem que se continuar a trabalhar, sendo necessário adquirir uma ferramenta, que o fornecedor diz que não vende enquanto não se saldar a dívida e aí tem que se tentar negociar. A questão é resolvida e é paga a dívida antiga.-----

----- Resumindo disse que a contabilidade financeira é aquela que é ao momento e os movimentos que acontecem, a contabilidade orçamental é aquela que se não for paga entra no orçamento e na despesa seguinte, ficando por isso claro o que tinha acontecido e era o motivo do aumento da despesa.-----

----- Referiu que se atualmente questionassem o Executivo de quanto é gasto em transportes poderia dizer que são gastos entre vinte cinco a trinta mil euros por mês.-----

----- Afirmou que mesmo que não tivessem feito nada, a despesa tinha aumentado, porque o valor orçamentado de dívidas a fornecedores que vinha de trás, tinha que ser paga, teve que ser feito o sacrifício e não era com as despesas com assessor ou com os contratados que as despesas aumentaram. Lembrou que o descongelamento de carreiras tinha acontecido no dia um de janeiro de 2018, com o conseqüente aumento e equilíbrio gradual tendo também havido a atualização do salário mínimo nacional e o Município tem muitos assistentes operacionais. -----

----- Recordou que o atual Executivo tomou posse, um mês depois do arranque do ano letivo, que tinha sofrido uma alteração substancial, que obrigou à colocação de mais assistentes operacionais, pelas necessidades e pelas regras instituídas.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que os duzentos mil euros eram mais do que justificados. -----

----- Lembrou que no ano de 2005 o Município tinha um financiamento contratualizado para pagar o Espaço Inovação e em 2017 não tinham financiamento nenhum, tendo que ser feito agora, não havia terrenos nas zonas industriais para venda, os lotes existentes eram muito pequenos e as infraestruturas são inexistentes, porque o Município não apostou e perdeu oportunidades de financiamento que outros Municípios estavam a disfrutar atualmente.-----

----- Disse que a abertura da Extensão Frei Gil entrou na despesa corrente, e tinha sido uma aposta do atual Executivo. Recordou que tinha sido dito que o contrato interadministrativo dava um diferencial negativo ao Município, mas era uma opção do Município, porque só com despesa de pessoal era um milhão de euros. -----

----- Sobre a questão da ADRA, disse que se se mantivesse a água no Município e se subissem o valor para as atuais taxas cobradas pela ADRA, o Município libertava cerca de um milhão e meio de euros para investimento, fora as manutenções e as ruturas, sendo que o Município no ano de 2009 estava preparado para fazer manutenção gradual das fugas que iam existindo e por isso as fugas e as manutenções não eram um problema para o Município, porque a estrutura era recente e a necessidade de investimento seria mais tardia. -----

----- Questionou se o Município durante oito anos não conseguiria libertar quatro milhões de euros para fazer o investimento que foi feito a nível de águas aquando da construção da Alameda e na zona poente do Concelho. -----

----- Sobre as questões dos resultados, esclareceu que os resultados extraordinários era a adoção dos subsídios e dos apoios que são recebidos todos os anos, são recebidos para fazer uma obra e é considerado e por isso é que no ano de 2010, aquando das mudanças para o novo normativo, tinha ficado um valor por apurar que a contabilidade não tinha tido a capacidade de apurar e atualmente é alvo de uma reserva nas contas. Acrescentou que todos os anos era apurado um valor de acordo com a cadência de depreciação dos próprios bens e era considerado



Oliveira do Bairro assembleia municipal

nas contas.-----

----- Disse que tinha sido referido que o Executivo não tinha capacidade para fazer nada e que tinha sido deixado um leque para que o atual Executivo começasse logo a trabalhar, mas passado uma semana de ter tomado posse os técnicos municipais vieram perguntar o que era para fazer com o processo da Cerâmica Rocha, um processo que tinha sido amplamente criticado pela alteração de projetos que teve quer ser feito. No que respeita às PARUS, encontravam-se todas em anteprojecto. Recordou que quando o PSD chegou tinha o Espaço Inovação para pagar, mas estava concluído.-----

----- Deu nota da obra da escola Dr. Fernando Peixinho, que veio do anterior Executivo, um processo que tem andado para trás e para a frente, tinha sido o atual Executivo que fez a sua aprovação final, foi enviado para o Tribunal de Contas e com todos os retrocessos, demorou quase um ano, mas a culpa não foi do atual Executivo.-----

----- Sobre a POLIS que já tinha referido que toda e qualquer obra que for feita no âmbito da POLIS o Município tem que pagar tudo e também já teve que pagar o que não estava pago para trás.-----

----- Relativamente à captação de empresas, disse que o que era transmitido aos investidores era que havia terrenos para a implantação de empresas, mas só estavam a adquiri-los agora, não sabendo como o fazer de outra forma, porque é a realidade, só agora estavam a ser adquiridos os terrenos.-----

----- Deu nota que quando tinha tomado posse, fez uma avaliação aos recursos humanos da Câmara Municipal e todas as situações de acumulação de funções tinham sido analisadas por si, porque era das primeiras pessoas a achar que não deve haver duplicação de funções e que as funções do Município estavam em primeiro lugar e se por parte dos funcionários não houvesse essa correspondência, seria o primeiro a negar esse benefício.-----

----- No que respeita ao prazo médio de pagamentos, referiu que quando chegou ao



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Município, o que existia de disponibilidade financeira, depois dos pagamentos efetuados, rondava entre os duzentos e os trezentos mil euros, que serviram para pagar as faturas da EDP, com contas muito apertadinhas, e havia muitos pagamentos que atingiam os noventa dias, depois da fatura conferida. Esclareceu que atualmente as faturas chegavam eram diretamente enviadas à contabilidade, eram conferidas e pagas, sendo esse o prazo médio de pagamentos real. -----

----- Foi dado início à segunda ronda de intervenções, tendo sido questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – dirigindo-se ao líder de Bancada do CDS André Chambel, disse que o termo “*deixaram fechar o IPSB*” seria uma frase abusiva e em nome da cautela e da prudência se usassem outros termos. -----

----- Relativamente à publicação no facebook, disse que gostaria de saber qual era a publicação, pois pretendia também dar a sua opinião. -----

----- Recordou que o PSD tinha conseguido apoios superiores aos dez milhões de euros. Disse que gostava de ser esclarecido de quantas candidaturas já tinham sido conseguidas, com taxas bombásticas, porque as conseguidas pelo PSD foram miseráveis. -----

----- Quanto aos investimentos na economia, esclareceu que o PSD investiu na economia, por via indireta através de escolas, pólos de leitura, Quartel das Artes, Auditório de Oiã, Feira da Palhaça e por via direta nas zonas industriais de Vila Verde e da Palhaça, não querendo dizer que foram suficientes, mas foram feitos, também a requalificação de toda a zona industrial de Oiã, a Alameda. Acrescentou que não tinha referido o Espaço Inovação porque não tinha sido obra do PSD, e lá porque tinha sido o PSD que tinha terminado a mesma não fez parte da iniciativa do PSD, mas sim do CDS como era o caso da Biblioteca e do Edifício dos Paços do Concelho. -----

----- Esclareceu que quando diz que o atual Executivo fazia pouco, não era para ser



Oliveira do Bairro assembleia municipal

interpretado de que não faz nada, porque até fazem e em algumas situações merecem aplauso, mas quando diz que fazem muito pouco é na perspetiva de fazem pouco de estruturante que era o que se estava a discutir.-----

----- Disse que se continuava a justificar o que não se faz, por culpa do PSD e para além de marotos do PSD eram também balofos e o resultado final tinha sido mau, mas a culpa não era do atual Executivo era do PSD. Disse ainda que também se tinha descoberto que os funcionários do Município se tinham dirigido ao Presidente a solicitar ajuda, no sentido de saberem o que fazer com os processos que tinham em mãos.-----

----- Recordou que tinham ouvido, durante todo o período de intervenção do Presidente da Câmara, defender a inoperância porque não conseguia lidar com o que o PSD lhe tinha deixado, não se tendo falado de mais nada senão da pesada herança e da ADRA.-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que era natural que as despesas com o pessoal sofressem alguns aumentos, mas a questão não era essa, porque estavam confrontados com questões legais de aumento de posições de carreira. Questionou se o Presidente da Câmara tinha aberto os concursos para todos os funcionários que estavam em condições de progredir na carreira, ou se tinha sido só para alguns. Acrescentou que desde que houvesse critério, tudo era possível, fazendo um aumento da despesa com o pessoal gradualmente.-----

----- Referiu que o que seria normal era que quando se perspetivava o aumento de despesa corrente em algumas áreas, o Presidente da Câmara preventivamente estudasse a despesa corrente no seu todo e optasse por cortar num lado e aumentar noutro de forma a manter o equilíbrio na despesa corrente.-----

----- Acrescentou que ninguém estava contra o aumento da despesa corrente fruto da abertura da Extensão Frei Gil e fruto do cartaz muito bom do Quartel das Artes onde até é dito que se gasta menos.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Relativamente aos prazos médios de pagamento disse que o Presidente da Câmara tem uma interpretação e a DGAL tem outra, porque está publicado que eram trinta e seis dias o prazo de pagamento no ultimo trimestre do ano de 2017, mas o Presidente da Câmara referiu que as faturas eram de noventa dias. Esclareceu que o prazo médio de pagamento era o que estava publicado na DGAL. -----

----- Referiu que nem tudo o que o PDS tinha feito, foi assim tão mau porque foram deixadas coisas boas, apesar de ter deixado só anteprojetos, mas o financiamento já estava garantido, atualmente podem ser feitos alargamentos nas zonas industrias, porque tinha havido a revisão do PDM, que demorou o seu tempo, mas também foi dito que um visto do Tribunal de Contas, tinha demorado um ano e a culpa não tinha sido do atual Executivo, questionando de quem tinha sido a culpa dos dez anos que demorou a revisão do PDM. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – pediu desculpa por não ter referido um investimento para o desenvolvimento económico, realizado pelo PSD que era a Feira da Palhaça, agradecendo ao Líder de Bancada do PSD Nuno Barata por o ter lembrado, mas depois tinha tentado impingir outros investimentos como sendo desenvolvimento económico, como era o caso do Quartel das Artes, que trazia sim desenvolvimento social e cultural mas económico não, os polos escolares iriam trazer riqueza futura por parte das crianças. -----

----- Sobre as taxas de comparticipação miseráveis, recordou que quando o anterior Presidente da Câmara referiu que pretendia fazer oito polos escolares, sempre disse que na sua opinião era uma asneira, porque o coeficiente era por salas de aula e não por escola e quanto menos salas de aulas tivesse o polo escolar, menos apoio teria por cada um dos polos e por isso a taxa de cofinanciamento por cada escola tinha rondado sempre os 50% e também tinha trazido despesa corrente, que agora criticam pelo aumento da mesma. -----

----- Esclareceu que quando tinha dito que o PSD tinha deixado fechar o IPSB, não quis dizer que tinha sido o responsável pelo fecho, mas o facto é que deixou fechar, porque o CDS tinha



Oliveira do Bairro assembleia municipal

alertado para que fosse utilizado o contrato interadministrativo na área da educação, para não permitir que o Ministério da Educação fechasse o IPSB, estando estabelecidas regras no contrato que se o Presidente da Câmara dissesse que não permitia a alteração dessas regras, certamente o IPSB não fechava.-----

----- Reforçou que a herança era pesada e o PSD vendeu a água.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse ter ficado intrigado com a acusação de inoperância, de despesismo, quando o atual Executivo estava a trabalhar para fazer melhor, dando o exemplo referido do Quartel da Artes que atualmente tinha um cartaz melhor e menos dispendioso, em termos energéticos a poupança tem sido brutal porque houve a ousadia de tomar medidas que nunca tinham sido tomadas anteriormente.-----

----- Disse ainda que vivia em democracia, trabalhava com o que tinha e sabia para o que vinha quando se candidatou, particularmente para o assunto dos polos escolares porque todos sabem que, para se ter a qualidade que se tem tido nos polos, que apresentam deficiências construtivas que implicam gastos substanciais anualmente, gastando muito mais que as tradicionais escolas que tinham sido reparadas recentemente.-----

----- Acrescentou que os custos com a educação tinham subido exponencialmente, mas era algo em que não se podia mexer.-----

----- Referiu que tem insistido para que seja criada justiça em todos os trabalhadores, tendo sido criada de forma substancial, reconhecendo o que tem que ser reconhecido, mas contra a lei não poderia ir não querendo cometer nenhuma ilegalidade. Acrescentou que os colaboradores eram a imagem do Município, trabalham e dedicam-se, tendo a sua progressão legal. Acrescentou que recentemente as carreiras foram descongeladas, havendo processos que não estavam terminados, por diversas razões havendo dificuldades em corrigir todas as situações. -



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Mais referiu que não aceitava que fosse acusado de não reconhecer e de não fazer, dando o exemplo da colocação dos precários que fez, mas tudo dentro da lei. -----

----- No que diz respeito ao prazo de pagamentos, esclareceu que para a DAGL o prazo começava a contar a partir do momento em que a fatura passa a efetiva de conferência, bastando nunca entrar em efetiva de conferência para estoirar o prazo. Relativamente aos trinta e oito dias referidos, era assim que era feito, dava jeito, mas para o fornecedor não era correto. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra para esclarecimentos, tendo sido concedido;-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – esclareceu que deixar fechar, significava ter poder para impedir o fecho. Acrescentou que o IPSB tinha sido fechado pela Tutela e não tinha sido pelo anterior Presidente do Executivo Municipal, que não tinha poder para isso. -----

----- Referiu que todos sabem de quem tinha sido a responsabilidade, quem tinha sido a Secretária de Estado e do que tinha sido o final dos contratos associação. -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – questionou se a Câmara tinha meios para fazer uma gerência mensal do orçamento. -----

----- Recordou que no ano de 2009 o Município de Aveiro tinha tido um problema ao nível financeiro, e não conseguia pagar os subsídios às associações, e na altura fazia parte da Associação de Atletismo de Aveiro, mas através da Lei do Mecenato conseguiu posteriormente fazê-lo. Foi verificado o que realmente importava para o Município, deixou-se de pagar almoços e de se fazer viagens e foram assim sanados alguns problemas financeiros. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigindo-se ao Membro da Assembleia Acácio Oliveira, disse que esperava que o mesmo tivesse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

consciência que esse tipo de influencia de Câmaras a solicitarem a empresas para patrocinarem clubes era ilegal. -----

----- Relativamente ao planeamento confirmou que sim, a Câmara fazia um controlo mensal do orçamento.-----

----- Não havendo mais nada a dizer, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação, -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.10 - Apreciação e Votação do Relatório de Gestão de 2018, Documentos de Prestação de Contas 2018, Inventário do ano de 2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2018**, foi **Aprovado por Maioria, com 12 Votos Contra e 13 Votos a Favor.**-----

----- Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal do PSD Nuno Barata, Carlos Santos, Annelise Guimarães, Maria Conceição Maia, Carlos Ferreira, Ricardo Regalado e Lília Tavares, e dos Membros do Grupo Municipal UPOB Armando Humberto Pinto, Paulo Barata, Acácio Oliveira, Conceição Mota e Ana Catarina Amaral.-----

----- Foi pedido o uso da palavra para Declaração de Voto;-----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – entregou a Declaração e Voto à Mesa, a qual se transcreve; -----

----- “A bancada do UPOB votou contra o Relatório de Gestão de 2018, Documentos de Prestação de Contas 2018, Inventário do ano de 2018 e Aplicação Líquido do Exercício de 2018 pelas seguintes razões: -----

----- 1) O crescimento da despesa corrente face a receita corrente é extremamente preocupante e irá condicionar a médio prazo de forma muito significativa a atividade dos Executivos Municipais.-----

----- Este aumento da despesa corrente deve-se numa parte significativa a opções políticas



Oliveira do Bairro assembleia municipal

às quais nos temos oposto; -----

----- 2) O Executivo não mostra ser capaz de dinamizar de forma significativa o desenvolvimento económico no nosso Concelho; -----

----- 3) A despesa de investimento tem vindo a diminuir de forma muito significativa, não se vislumbrando uma alteração significativa a este nível no futuro imediato;-----

----- 4) O revisor oficial de contas levanta um conjunto de reservas, que nos deixam apreensivos, nomeadamente: -----

----- a. a falta de provisões para as ações judiciais em curso reveste-se de um risco para o Município que deve ser tido em conta; -----

----- b. a incerteza nas receitas provenientes da ADRA, mostram que as projeções iniciais não eram realistas, e que este foi de facto um mau negócio para o município e para os munícipes, e apenas permitiu no curto prazo libertar verba, que esta a ser pago mensalmente pelos munícipes; -----

----- c. as reservas levantadas no que ao inventário diz respeito são outra preocupação, nomeadamente porque levanta incerteza no que aos resultados do exercício diz respeito.” -----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **5.11- Apreciação e Votação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019**, dando a palavra ao Presidente da Câmara para que procedesse à apresentação do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que com o apuramento de um saldo de gerência de cerca de um milhão de euros, o mesmo tem que ser incorporado para dar andamento aos projetos. Acrescentou que atualmente também havia a possibilidade de se fazer investimentos na área das zonas industriais, na requalificação de área, havendo também a proposta de se vir a concretizar os projetos para a construção das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

extensões de saúde. -----

----- Referiu que a partir deste momento poderiam ver o Executivo a criar riqueza e a investir nas zonas industriais, na rede viária e na saúde. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir que fizessem a sua inscrição, tendo sido dado de seguida o uso da palavra; -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – questionou se o empréstimo que consta da Revisão tinha visto do Tribunal de Contas e se existia um parecer escrito do Tribunal de Contas, que sustente a inclusão na Revisão Orçamental o empréstimo, sem o competente visto.

----- Deu nota que se a resposta for favorável, no seu entender estava-se em condições de avançar com a apreciação do documento, caso contrário deixaria a gestão do assunto à Presidente da Mesa em exercício, acrescentando que em caso de resposta negativa, existiam fortes dúvidas sobre a legalidade do documento. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que o Tribunal de Contas não emitia pareceres, mas como não pretende que fiquem dúvidas, passou a ler um parecer da CCDRC que tinha chegado na presente data tendo solicitado que o mesmo fosse disponibilizado a todos os Membros da Assembleia; -----

----- *“ASSUNTO: Empréstimos; Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas”-----*

----- *O Município de Oliveira do Bairro solicita através de mensagem eletrónica data da de 12 do corrente mês, entendimento relativamente ao enquadramento de incorporar numa revisão orçamental a previsão de receita e despesa proveniente de dois contratos de empréstimo, face ao estipulado no n.º 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97 na sua redação atual (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas). Mais informa terem estes dois contratos de financiamento sido*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

objeto de aprovação pelo órgão deliberativo em 25 de janeiro passado, e enviados para efeitos de visto prévio após assinatura dos mesmos.-----

----- *Acerca da questão colocada, clarifica-se que: de determinado contrato de empréstimo, do qual resulte aumento da dívida pública fundada, bem como os atos que modifiquem as condições gerais dos empréstimos visados, estão sempre sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas.* - -----

----- *Por outro lado, os contratos de empréstimos apenas produzem efeitos (financeiros) após a concessão do visto.*-----

----- *Porém estes efeitos financeiros não são, nem se confundem, com efeitos orçamentais pelo que o montante de um empréstimo contratualizado pode ser inscrito no Orçamento em sua Modificação, aliás já que se trata de um efeito orçamental e não de um efeito financeiro.* -----

----- *Isto está expresso claramente na alínea d) do Ponto 3.3.1 do anexo ao POCAL.*”-----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia que tinham feito a sua inscrição para intervir; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que esta Revisão não tinha muito significado político, resumindo-se à inclusão dos saldos de gerência do exercício anterior no montante de novecentos e oitenta e seis mil euros e à inclusão do empréstimo de três milhões de euros. Acrescentou que para além das duas inclusões referidas, se tinha verificado um ajuste ao nível de transferência de projetos cofinanciados resultando um aumento no orçamento no montante de três milhões, setecentos e vinte e dois mil euros, o que foi refletido no lado da despesa. -----

----- Recordou que aquando a discussão e aprovação do orçamento para o ano de 2018, o UPOB fez um conjunto grande de reparos, que não tiveram qualquer acolhimento, por isso a visão negativa sobre o que era a proposta inicial, não se tinha alterado.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – felicitou o Presidente da Câmara, porque fruto da chamada de atenção de um Vereador do PSD e com as dúvidas que lhe tinham parecido pertinentes, colocar na reunião de Câmara, rapidamente foi solicitado um parecer que vinha esclarecer as dúvidas. -----

----- Relativamente ao documento disse que era uma revisão obrigatória para a inclusão do saldo de gerência, tendo aproveitado para incluir o empréstimo que não era obrigatório, mas assim também era uma forma de estarem informados. -----

----- Afirmou que na sua opinião, a questão do empréstimo era um risco e ter-se esperado mais umas semanas pelo visto, fazia todo o sentido, porque não há ganhos em termos práticos de execução em incluir o empréstimo na Revisão. -----

----- Referiu que achava estranho de até à data não haver ainda o visto do Tribunal de Contas, para o empréstimo, o que o leva a pensar que se calhar ao nível de instrução do processo poder haver algo que não esteja conforme. Mais disse que não sabia até que ponto o Presidente da Câmara poderia cabimentar despesa se ainda não existir o visto. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas, se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – esclareceu que uma das características dos financiamentos era que os mesmos eram integrados automaticamente, sendo a única exceção. -----

----- Referiu que a informação prestada pelos serviços, iam no sentido do parecer da CCDRC, porque antes de aprovar com os serviços a revisão tinha tido o cuidado de se informar bem. ---- -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos colocado à votação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto, **5.11- Apreciação e Votação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019**, foi **Aprovado por Maioria, com 5 Abstenções e 20 Votos a Favor**.-----

----- Abstenções pelos Membros do Grupo Municipal UPOB Armando Humberto Pinto, Paulo Barata, Acácio Oliveira, Conceição Mota e Ana Catarina Amaral.-----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – tendo em atenção que se deveria dar de imediato seguimento aos assuntos constantes da presente Ordem de Trabalhos, questionou os Membros, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta.-----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal, 5.4 - Eleição de representantes para a CPCJ, nos termos da alínea I) do artº 17º da Lei nº 147/99, de 1 de setembro, conjugada com a Lei 175/15 de 8 de setembro de 2015; 5.5 – Análise e Discussão do Relatório de Observância do Direito da Oposição; 5.6 - Análise e Votação da colocação de Sinalização Vertical de Estacionamento para Cargas e Descargas, no início da Rua das Obras Sociais, junto à Sede da Banda Filarmónica da Mamarrosa; 5.7 - Análise e Votação do Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro – Proposta Final; 5.8 – Análise e Votação da Proposta do Projeto de Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro; 5.9 - Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 2.º semestre de 2018; 5.10- Apreciação e Votação do Relatório de Gestão de 2018, Documentos de Prestação de Contas 2018, Inventário do ano de 2018 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício 2018 e 5.11- Apreciação e Votação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019. -----

----- Posto isto, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, deu por



Oliveira do Bairro assembleia municipal

encerrada a presente Sessão da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----